



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

Vara Cível Única de Rorainópolis - 2º Titular

## Processo 0801344-59.2019.8.23.0047

**Comarca:** RORAINOPOLIS  
**Data de** 15/08/2019 **Situação:** Público  
**Classe** 156 - Cumprimento de sentença  
**Assunto Principal:** 9597 - Seguro  
**Data Distribuição:** 15/08/2019 **Tipo Distribuição:** Redistribuição por Prevenção

### Parte(s) do

**Tipo:** Promovente  
**Nome:** ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS  
**Data de** 15/09/1973 **RG:** 09595210 SSP/AM **CPF/CNPJ:** 727.739.442-91  
**Filiação:** MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS / ANTONIO CAMILIO ILEUS

#### Advogado(s) da Parte

317BRR PAULO SERGIO DE SOUZA

**Tipo:** Promovido  
**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A  
**Data de** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

#### Advogado(s) da Parte

134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 15/08/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Documentos pessoais
- Petição



Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_VARA CÍVEL ÚNICA DA COMARCA DE RORAINÓPLIS/RR**

**ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, brasileiro, solteiro, artífice, portador da cédula de identidade RG Nº 09595210 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 727.739.442-91, residente e domiciliado na Vicinal: Trairi, nº 18294, Bairro: Zona Rural, Cidade: Rorainópolis/RR, Telefone: 99151-5927, e-mail: paulosouzavcm@hotmail.com, neste ato representada por seu advogado e procurador que esta subscreve, conforme procuração anexada à presente, com escritório profissional situado na Rua General Penha Brasil, nº 102, Centro – Boa Vista e Rua Ulisses Guimarães nº 436 Rorainópolis, onde recebe notificações que o caso requer, vêm, **respeitosamente**, à presença de Vossa Excelência, propor a presente,

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, e-mail: Desconhecido, face aos seguintes fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos.

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre.

**1. DOS FATOS**

O demandante, no dia **15 de setembro de 2017, por volta das 20:17h**, foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na localidade **da Vila Nova Colina, KM: 08, BR 174, Bairro: Zona Rural no município de Rorainópolis-RR** permanente suportada até os dias atuais.

Do acidente resultou: **“DESCRIÇÃO: Fratura de úmero proximal direito, amputação do 5º dedo do pé direito.** “ conforme laudo médico (doc. anexo).

Deste modo, o vindicante, ciente dos seus direito ao seguro obrigatório (DPVAT), promoveu, por meio de solicitação administrativa, o pagamento da apólice a título de validade, como bem reconheceu a seguradora ao lidar provimento a indenização DPVAT, depositando-lhe a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), em 02/08/2018.

São os fatos de forma sucinta.

**2. DO DIREITO**

A lei que rege o seguro DPVAT é a Lei nº 6194/74 com as posteriores modificações implementadas pelas Leis nº 8441/92, nº 11.482/07 e nº 11.945/09.

Rua: General Penha Brasil, 102 – Centro – Boa Vista – RR  
Fones: (95) 99151 0959 / 99139 0860 / 3624 4011



Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

A Lei nº 6.194/74, reguladora do Seguro DPVAT, após a reforma imposta pela Lei 11.482/07, limitou o quantum indenizatório referente aos danos cobertos pelo seguro em caso de morte no valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente em até o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) no caso de despesas de assistência médica e suplementar.

A citada legislação pertinente à matéria trouxe uma tabela proporcional de percentual de perda/debilidade de membros, órgãos e funções do corpo humano, classificando-os em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%.

Acontece que o laudo de avaliação médica acostado traz a natureza das lesões sem, contudo, tratar da extensão das lesões conforme preceitua a tabela citada.

Também, a seguradora pagadora do sinistro não apresentou, no momento do pagamento do seguro, quais seriam as extensões das lesões sofridas dentro da referida tabela, limitando-se a fazer um depósito em conta corrente da requerente sem esclarecer a extensão dos danos sofridos dentro da tabela.

É de se destacar, por imperioso, que **o recibo de quitação administrativamente recebido pela requerente foi lavrado em termos genéricos. Dessa forma, não se pode aferir quais lesões e suas devidas extensões foram pagas administrativamente, sendo imprescindível o acionamento judicial para a exata verificação das extensões sofridas via perícia complementar.**

O STJ se pronunciou a respeito:

**O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.** (REsp 296675 /SP. RECURSO ESPECIAL 2000/0142166-2. Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR. Quarta Turma. Data do Julgamento 20/08/2002. Pub. DJ 23.09.2002, p. 367).

### **3. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PERÍCIA**

Embora, via de regra, seja a produção de prova pericial a cargo do requerente, (CPC, I, art. 333), no presente caso necessário se faz o decreto de inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, VIII do CDC, para fins de aferição do grau (percentual) da lesão incapacitante, vejamos:

**“Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:**

**(...)**

**VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente,** segundo as regras ordinárias de experiências.”





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

Cite-se nesse sentido os seguintes julgados:

TJMS-056999) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - APLICAÇÃO DO CDC - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE PERITO - QUANTUM - ARBITRAMENTO - REDUÇÃO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Tratando-se da relação de consumo, o artigo 6º, VIII, do CDC prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova, ante a hipossuficiência do consumidor nas relações de consumo, ou até mesmo, ante a verossimilhança de suas alegações. Os honorários periciais devem ser fixados, proporcionalmente, e em atenção ao princípio da razoabilidade, observando-se os quesitos a ser respondidos e considerando, precipuamente, o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade da perícia, o tempo despendido pelo perito no trabalho realizado, e o grau de zelo profissional. (Agravo nº 2011.023779-7/0000-00, 4ª Turma Cível do TJMS, Rel. Josué de Oliveira. unânime, DJ 23.09.2011).

TJSP-141845) AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO DE VEÍCULO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - PROVA PERICIAL - HONORÁRIOS PERICIAIS A SEREM SUPOSTADOS PELA RÉ. (GN)

"A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas da perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa." Agravo de Instrumento. Seguro de veículo (DPVAT).

### 3. DO VALOR DEVIDO

A lei nº 6.197/74, com sua redação dada pela lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõe novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da lei 11.482/07, que alterou o art. 3º da lei 6.194/74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, verbis:

**"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo Seguro estabelecidos no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:**

**II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;**

Esse é o entendimento do tribunal de Santa Catarina, vejamos;



Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

AGRAVO DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVT. PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO DE PARTE DO VLOR DEVIDO. A TITULO DE SEGURO DPVAT PELA SEGURADORA. RECONHECIMENTO IMPLICITO DA INVALIDEZ PERMANENTE DA VITIMA. RECUTSO PROVIDO. (TJSC Agravo de instrumento: AI 743444 SC 2009.074344-4; Relator (a): Nelson Schaefer Martins; julgamento: 20/04/2010; Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Civil; publicação Agravo de Instrumento n. 2009.074344-4)

A legislação é clara no valor que deve ser pago no caso de invalidez permanente, de vítimas de acidente de trânsito, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e não apenas o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), que demonstra flagrante equivocada "voluntariamente ou não", a quitação realizada pela Requerida, e o consequente pagamento parcial.

Sendo assim, vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a diferença entre o indenizado e o devido, que corresponde a R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pela eg. TJRR, ambos desde o dia em que houve o pagamento enganoso até o dia do efeito cumprimento da obrigação.

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Seja decretada a gratuidade judiciária eis que o Requerente é pobre na forma da Lei nº 1.060/50, não podendo arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento nem da sua família<sup>1</sup>, conforme declaração em anexo.
- b) Seja decretada a inversão do ônus da prova, inclusive, quando ao pagamento de eventuais honorários periciais, eis que é verossímil a alegação fática do requerente e é pobre nos termos da lei (Art. 6º, inc. VIII do CDC);

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo e requeridas

- c) A total **PROCEDÊNCIA** do pleito autoral, para condenar a requerida a pagar indenização de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), **incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo E. TJRR, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação.**

<sup>1</sup> Consoante art. 4º caput e § 1º da Lei 1.060/50, "a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família", até prova em contrário. Assim entende a jurisprudência, uníssona (STF e STJ).





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

*Dr. Paulo Sérgio de Souza*  
*OAB/RR 317 B*

- d) A condenação da demandada nos honorários advocatícios, não inferior a 20% do valor da condenação, e nas custas judiciais, em caso de recurso;
- e) Desde já a Requerente, com fulcro no artigo 310, VII, do CPC/2015, manifesta-se ao interesse de não haver audiência de conciliação, haja vista a Requerida Seguradora Líder não realiza acordo antes do laudo da perícia medica, sendo assim reitera pela dispensa da audiência de conciliação, ou que esta seja designada somente após a realização da perícia medica.

Dá à causa o valor de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), para efeitos fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Boa Vista, 15 de agosto de 2019.

**Paulo Sergio de Souza**

**OAB/RR 317B**





Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317B

Dr. Johon Emerson de Souza Camilo  
OAB/RR 1376

Dra. Paula Rafaela Palha de Souza  
OAB/RR 340B

### PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE: Ze Alberto Camillo Fleus, brasileiro(a),  
estado civil: Solteiro, Profissão: Antepice,  
portador(a) da Cédula de Identidade CIRG 0995210 SSP/AM e inscrito(a) no  
CPF/MF nº 427.739.442-91, residente Cidade de Trairã, nº SIR,  
Bairro: Zona Rural, no município Maracaju/RR, telefone:  
(95) 991515927, E-mail: \_\_\_\_\_,  
vêm através de seu advogado in fine assinado, com escritório profissional na  
Rua Gal Penha Brasil 102 Centro - Boa Vista - Roraima, por este instrumento  
particular nomeia e constitui seus procuradores.

OUTORGADOS: SOUZA & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil, inscrita  
na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 66 com escritório profissional  
situado na Rua General Penha Brasil 102, Bairro Centro, Boa Vista-RR,  
representada por seu sócio administrador Dr. PAULO SERGIO DE SOUZA,  
brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº.  
317B, Dra. PAULA RAFFAELA PALHA DE SOUZA, brasileira, solteira,  
advogada, inscrita na OAB/RR sob o nº. 340B e Dr. JOHON EMERSON DE  
SOUZA CAMILO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº.  
1.376, a quem confere amplos poderes:

PODERES ESPECIAIS: para representá-lo no processo em Foro em Geral com a  
cláusula *ad judicium et extra*, ou ação que seja autor ou réu, assistente ou  
oponente, ou por qualquer modo interessado, podendo para isso, requerer e  
promover judicial ou extrajudicialmente, em qualquer causa, conforme  
estabelecido no artigo 105 do CPC/2015, bem como propor ações, produzir  
provas e seguir qualquer recurso legal, e os especiais para firmar  
compromissos, substabelecer, renunciar, receber intimações, desistir, recorrer,  
apelar, transigir, discordar, dar de suspeito a quem lhe convier, retirar e  
receber alvarás junto a secretaria do fórum, retirar e receber guias de retirada,  
receber valores e dar quitação, receber bens penhorados ou em adjudicação,  
enfim, tratar de seus interesses, bem como praticar todos os atos necessários  
para o fiel e bom cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom.  
firme e valioso em especial para propor Ação de Cobrança do Seguro  
Obrigatório DPVAT.

Maracaju/RR 09, de outubro de 2017

Ze Alberto Camillo Fleus

Outorgante

CPF/MF nº





Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317B

Dra. Paula Rafaela Palha de Souza  
OAB/RR 340B

Dr. John Emerson de Souza Camilo  
OAB/RR 1376

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**EU:** Ze Alberto Camilio Lins,  
estado civil Solteiro, RG nº 69595210, e CPF  
nº 424.439.442-91, residente e domiciliada à  
vicinal Traipu S/N Sítio São Francisco  
Bairro: zona Rural, Cidade  
Arainópolis - Roraima, telefone (95)  
991515927.

**DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem interessar possa  
que sou pobre nos termos da lei, não tendo condições de arcar com  
eventuais custas e despesas processuais, necessitando do abrigo da  
lei 1.060/50. Por ser a mais lúdima expressão da verdade, firmo a  
presente declaração.

Arainópolis, 09 de outubro de 2017.

Ze Alberto Camilio Lins

**DECLARANTE**



02	QUALIFICAÇÃO CIVIL			
BRASILEIRO				
<p>NOME ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS</p> <p>LOC. DE NASC. BARCELLOS - AM.</p> <p>FILIAÇÃO ANTONIO CAMILIO ILEUS MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS</p> <p>DCC. APRESENTADO RG 00595210 SES AM</p> <p>ESTADO CIVIL SOLTEIRO</p> <p>LE Nº 241/2011 DE JUNHO DE 2011</p> <p>RG 08695210</p> <p>T. ELETR. OR 2477172631</p> <p>LOCAL DA EMISSÃO DISTR. SLZ</p> <p>EMISSÃO 16/01/2006</p>	<p>15991873 NASCIMENTO</p> <p>CPF. 727.739.442-91</p> <p>2004 004</p> <p>0032</p> <p><i>Roberto</i> ASSINATURA DO TITULAR</p>			

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE	
<p>TIPO DE ALTERAÇÃO</p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>DOCUMENTO</p> <p>NOME</p> <p>DOCUMENTO</p> <p>ASSINATURA</p> <p>LOCAL DA EMISSÃO</p> <p>EMISSÃO</p>	<p>TIPO DE ALTERAÇÃO</p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>DOCUMENTO</p> <p>NOME</p> <p>DOCUMENTO</p> <p>ASSINATURA</p> <p>LOCAL DA EMISSÃO</p> <p>EMISSÃO</p>





**Eletrobras**  
Distribuição Roraima

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

0601003-2

Eletrobras Distribuição Roraima  
Av. Capitão Ené Garcia, 801 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 02.341.479/0001-44 | Ins. Estadual: 34.007.022-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série D-1  
Linha especial de impressão autorizada pela SEFAZ 369913

Nº da Nota Fiscal: 000045612

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE inativa  
pelo Lei nº 10.430 de 26 de abril de 2002.

OUTUBRO/2017 01/11/2017 50 15,98

MARIA NEUSA APOLINARIO ILEUS  
VC TRAIRI 18294 RURAL  
CPF: 00058036830272  
CEP: 69.373-000 - NOVA COLINA

ROT: 205.083.05.64.014000

Atual:	11/10/2017
Anterior:	13/09/2017
Próxima Lâmina:	11/11/2017
Empreiteira:	11/10/2017
Apresentação:	11/10/2017
Consumo Medido:	50 FCAN
Consumo Faturado:	28

TAXADO					
Class/Subclass	Uso	Número Medidor	Poste	Código Fat	Mede 17 m/m
RURAL	BI			4.2.2.2	6

Mês/Ano			
SET/17	0	CONSUMO	50 A R\$ 0,304818 = 15,24
AGO/17	0	CORREÇÃO MONETARIA IG 06/17-00	0,01
JUL/17	0	MULTA POR ATRASO 06/17-00	0,28
JUN/17	0	JUROS DE HORA DE IMPO 06/17-00	0,45
MAI/17	0		
ABR/17	0		
MAR/17	0		
FEV/17	0		
JAN/17	8		
DEZ/16	8		
TARIFA SEM JUROS:			
0 A 50 - 0,206100			

Mes/Ano Valor R\$ 09/2017 14,60  
Unidade consumidora sujeita à suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 26/10/2017, em função das contas reavaliadas nesta fatura. O não pagamento poderá resultar na suspensão da inclusão do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes, ainda existirem débitos vencidos e já vencidos, no valor de R\$ 80,46 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

CASO HAJA COBRANÇA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS EM SUA FATURA (LBY) PODE SER CANCELADA EM NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO. / 18GE CENSO AGROPECUARIO 2017: RECEBA BEM O RECENSEADOR DURANTE ENTREVISTA! LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26

RESERVADO AO FISCO 0CF4.3D1D.CBF9.D0A6.1203.0AA1.EFDA.04AD

VALORES A PAGAR		VALORES A PAGAR	
Contribuição:	5,02	Base de Cálculo:	15,24
Energia:	6,67	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	0,00	Valor do ICMS:	2,59
Outros:	0,13	Valor do PIS:	0,14
Juros:	3,42	Valor do COFINS:	0,69

0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

ROT: 205.083.05.64.014000

SEU CÓDIGO

TOTAL A PAGAR - R\$

0601003-2

15,98

MES FATURADO

VENCIMENTO

10/2017

01/11/2017

Nº da Nota Fiscal

FCAN

000045612

Eletrobras  
Distribuição Roraima  
Av. Capitão Ené Garcia, 801 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 02.341.479/0001-44 | Ins. Estadual: 34.007.022-5

836000000000 7 15930075000 6 000000000001 5 00321017008 4



SEQ.: 00015 UC: 0601003-2 DT. LEIT.: 11/10/2017 T. ENTR.: 01  
LEITURA: 9999999 TAXADO TOTAL: 15,98 CARGA: 001  
DT. VENC.: 01/11/2017 IRREG.: 000 COLETOR: 3191



CONTRAN

DETRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

Nº 9934386750

DETRAN - RR  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
RANTO

01 00594834415

SIMONE ALVES PEREIRA

KURAI NÓPOLIS

1/4, 655, 307, 06

PLACANT/UF

902004120DR334536

ESP/CE/PRO. APLIC.

COMBUSTÍVEL  
GASOLINA

HONDA/CG 125 FARELS

2P/0124CL/

CATEGORIA  
PARTICU

POB. PREDOMINANTE  
PRELH

X/F6, 0074 UNICA

X/F6, 0074 UNICA

P V X/F6, 0074 UNICA

1º VENC. 09/09/2014  
2º \*\*\*\*\*  
3º \*\*\*\*\*

PRIMO TRAFICANTE (RS)

R\$ 1.171

R\$ 292,00 (RS)

02/09/2014

AL. FID. ADM DE CONTR. NACIONAL HONDA LTD \*  
PROIB. SAIR DA APAZ OCUP.

Edson Santos

KURAI NÓPOLIS

03/09/2014

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO, SEGURO DPVAT

RR Nº 9934386750 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2014

DATA EMISSÃO 03/09/2014

874,626,302-06 RPP CNPJ

NBA9843

PR Nº 9934386750

EXERCÍCIO 2014

DATA EMISSÃO 03/09/2014

874,626,302-06 CPF/CNPJ

NBA9843

0034884415 PLEN/2015

HONDA/CG 125 FAN ES MARCA/MODELO

9C2004120DR334336 ANO/FAB. CUSTO

PRÊMIO TARIFÁRIO

DEBITAR (R\$) R\$ 114,34

CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$ 1.143,38

DEBITAR (R\$) R\$ 129,04

CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$ 1,11

TOTAL BILHETE (R\$) R\$ 292,01

DATA DE COTAÇÃO 02/09/2014

PAGAMENTO ☐ PARCELADO

COTA ÚNICA

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

REV. 2012





ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE RORAINÓPOLIS

BOLETIM DE Ocorrência: **2005/17**

ATENDENTE: JACY C. CAVALCANTE

DATA: 09/10/2017

DELEGADO(A) TITULAR:

HORA: 10:37

CID GUIMARÃES DA SILVA

DADOS DO LOCAL DA Ocorrência

DATA: 15/09/2017

HORA: 20:17

LOCAL: VILA NOVA COLINA, KM 08, NA BR-174, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR

REFERÊNCIA:

DADOS DO COMUNICANTE/VITIMA

NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

RG: 09595210

CPF: 727.739.442-91

DATA DE NASCIMENTO: 15/09/1973

IDADE: 44 ANOS

SEXO: MASCULINO

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

CIDADE: BARCELOS

UF: AM

PAI: ANTÔNIO CAMILIO ILEUS

MAE: MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS

GRAU DE ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR

REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELÃO DE TELEFONIA DA OI

TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

DADOS DO(A) ENVOLVIDA

NOME: MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS

RG: PJ

CPF: PJ

DATA DE NASCIMENTO: 31/12/2016

IDADE: 09 MESES

SEXO: FEMININO

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

CIDADE: RORAINÓPOLIS

UF: RR

PAI: NÃO DECLARADO

MAE: ALBERLANY COSTA ILEUS

GRAU DE ESCOLARIDADE: PJ

ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR

REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELHÃO DA TELEFONIA DA OI

TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

CODIGO

INFRAÇÃO

DESCRIÇÃO

1001

TRÂNSITO

ACID. TRÂNS. COM VÍTIMA COM LESÃO CORPORAL

BREVE RELATO DO FATO

Senhor Delegado, o senhor acima qualificado informa que estava conduzindo uma motocicleta da MARCA HONDA CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, PLACA NBA 9845, CHASSI 9C2JC4120DR534336, DE PROPRIEDADE DE SIMONE ALVES PEREIRA, que o mesmo estava na companhia de ALBERLANY COSTA ILEUS, MARIA ANTONIA COSTA ILEUS E PATRÍCIA BARRETO COSTA, que segundo no ROP/PM 2017040 e o COMUNICANTE O PNEUS TRASEIRO DA REFERIDA MOTOCICLETA FUROU e que devido isso segundo o mesmo não conseguiu controlar a motocicleta e veio ao chão que das quatro pessoas que estavam na motocicleta ZÉ ALBERTO E MARIA ANTONIA sofreram fraturas sendo que ZÉ ALBERTO sofreu fratura no seu braço abaixo do OMBRO e MARIA ANTONIA sofreu fratura no OSSO DO FÊMUR DO LADO DIREITO, que ALBERLANY E PATRÍCIA sofreram apenas escoriações pelo corpo ambas as pessoas feridas neste acidente de trânsito foram levadas para o HOSPITAL LOCAL DE RORAINÓPOLIS PELA GUARNIÇÃO DA PM, que o COMUNICANTE vêm através deste dar entrada no SEGURO DPVAT, que vai em anexo a este cópias do CRLV DA MOTOCICLETA; PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS E DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS. Era o que tinha a Comunicar.

JACY C. CAVALCANTE  
AGENTE DE POLÍCIA

ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS  
COMUNICANTE/VÍTIMA

Intimado para o dia : 18/10/17 às 12:00min.

DESPACHO

- ( ) Fato atípico, archive-se. ( ) Intimar Comunicante ( ) Intimar as partes  
( ) Ao S. I. para providências ( ) Aguardar audiência ( ) Encaminhe para: \_\_\_\_\_





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

*Mo Dextro*  
**GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA**

01 DADOS DO (A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO ⇒		DIA	MÊS	ANO	HORA	NÚMERO DE REGISTRO
Nome: <b>ZF ALBERTO CAMILO ELLUS</b>		<b>15 09 2017</b>		<b>20</b>	<b>20</b>			
SEXO: M ( ) / F ( )		Documento de Identificação		C.P.F.				
DATA NASC	Dia	Mês	Ano	Idade:				
<b>15 09 1977</b>	<b>15</b>	<b>09</b>	<b>1977</b>	<b>43</b>				
End: Rua / Avenida		Bairro:		Município:		Estado (UF)		Telefone:
		<b>VIC ELLUS</b>		<b>RLIS</b>		<b>RN</b>		
FILIAÇÃO		PAI						
		MÃE	<b>MARIA NEUZA CAMILO ELLUS</b>					
02 DO ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA		<input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA		<input type="checkbox"/> TRABALHO		<input type="checkbox"/> TRÂNSITO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:								
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO		<input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA		<input type="checkbox"/> REMOVIDO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)		
04 TIPO DE ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO		<input type="checkbox"/> QUEIMADURA		<input type="checkbox"/> ENVENAMENTO		<input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)
Outros (descrever)								
TEMP:		PESO / Kg:		P.A.		<input checked="" type="checkbox"/> X		m.m.H.g.
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:								
PROFISSÃO								
DIA	MÊS	ANO	HORA					
06 DOENÇA OCUPACIONAL:								
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO						
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:								
ESPECIALIDADE:								
RESUMO CLÍNICO:		<i>Préda de nota por me alvear</i>						
EXAME FÍSICO:								
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):		<i>Anál. cl. de Ortopedia</i>						
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):								
DIAGNÓSTICO:		<i>Suspeita de fratura</i>						
PROVÁVEL:		DEFINITIVO:						
<i>fratura cominuta do fêmur</i>								
08 DO (A) PACIENTE:								
REMOVIDO (A) PARA								
INTERNADO NO (A)								
<input type="checkbox"/> ALTA		<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO		<input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?				
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE		CARIMBO E ASSINATURA				
DIA	MÊS	ANO						
<b>15</b>	<b>09</b>	<b>2017</b>						

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em https://projudi.trj.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVHG W4HLE 8YD3D J5PSK

Trat de útero prox (D)

Enc ao HGR

→ Topia

(1) Dieta Geral S/D

(2) APP MANTER

(3) Dipirona oral (E) 640mg 2x - 2x - 2x - 14

(4) Tilatil 20mg (E) 1x - 1x - 1x - 14

(5) Tramal 100mg (E) 8/8h S/N  
SF 01A 100ml

(6) CCGG + SW 666 24-06

Dr. Jonathan C. Lopes  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
CRM-RR 1759 REG 14272

Confere  
com original:

05.370.016/0001-90  
HOSPITAL REGIONAL SUL  
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
R. 174 - Km 466  
CEP: 69.370-970  
RORAINÓPOLIS - RR

HORA	T	P	R	PA
06	36c	78	28	110/70

Glicemia 126mg/2l

24: PA - 520 x 80





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DIA		MÊS		ANO		HORA		NÚMERO DE REGISTRO	
15		09		2017		20:20			
01 DADOS DO (A) PACIENTE: DATA DE ATENDIMENTO →									SEXO: M (X) / F ( )
Nome: ZC ALBERTO CAMILO LLEUS									C.P.F.
DATA NASC		Dia		Mês		Ano		Idade:	
15		09		1973		43			
End: Rua / Avenida									Complemento:
Bairro: VIC LLEUS									Município: RLIS
Estado (UF): RR									Telefone:
FILIAÇÃO		PAI		MÃE		MARIA NEUZA CAMILO LLEUS			
02 DO ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:									
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
04 TIPO DE ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
Outros (descrever):									
TEMP:		PESO / Kg:		CONFIRMAÇÃO		X		m.m.H.g.	
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:									
PROFISSÃO		DIA		MÊS		ANO		HORA	
OBSERVAÇÕES									
05.370.016/0001-90									
HOSPITAL REGIONAL SUL									
GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUSA PINTO									
Br 174 - Km 468									
CEP: 69.370-970									
06 DOENÇA OCUPACIONAL:									
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO									
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:									
ESPECIALIDADE:									
RESUMO CLÍNICO: Prisão de mão									
EXAME FÍSICO: Por me claud									
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):									
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):									
DIAGNÓSTICO: Lesão de Luxação									
PROVÁVEL: Tratamento conservador de lesão									
DEFINITIVO:									
08 DO (A) PACIENTE:									
REMOVIDO (A) PARA									
INTERNADO NO (A)									
<input type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?									
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE				CARIMBO E ASSINATURA			
DIA 15 MÊS 09 ANO 2017									



GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima

## RESUMO DE ALTA

NOME: **Zé Alberto Camilo Ileus**

Data de internação: **19/04/18**

Data de alta: 16/05/2018

Paciente deu entrada no HGR transferido do HLI para avaliação com serviço de cirurgia vascular por complicações de PO de amputação de 5º pododáctilo D ( pé diabético ) + desbridamento.

Realizado novo desbridamento no dia 26/04 sem intercorrências.

Transferido para bloco B aos cuidados da clínica médica para acompanhamento. Realizou tratamento ATB e sintomáticos, evoluiu com melhoras do quadro clínico.

Paciente foi submetido a reavaliação do quadro pela cirurgia vascular em 07/05 que indicou alta para acompanhamento ambulatorial.

Hoje encontra-se lúcido, eupneico, comunicando-se normalmente.

Exames laboratoriais : anemia . Recebe alta hoje com orientações para acompanhamento ambulatorial com serviço de cirurgia vascular. Retornar em caso de piora.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

*Jeovane C. Patissu*  
Clínica Médica  
CRM-RR:997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0





GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima


## LAUDO MÉDICO

NOME : **Zé Alberto Camilio Ileus**  
Data de internação: 18/04/18

Declaro para fins de benefício junto a **Previdência Social** que o paciente acima deu entrada no PAAR com quadro de pé diabético direito complicado com quadro grave de infecção em pós-operatório de amputação de 5º dedo do pé D.

Foi submetido a desbridamento cirúrgico e atualmente está estável, afebril, acamado, se comunicando normalmente, dependente de terceiros para sua higiene e outras necessidades básicas.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

  
Dr. Jeovane Soares Batista  
Médico Clínico  
CRM-RR: 997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0615



Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2018

Carta nº: 13180289

A/C: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847  
Vitima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 104

Agência: 000004252

Conta: 000008432-1

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Data: 15/08/2019

Movimentação: DISTRIBUÍDO PARA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

Complemento: Vara Cível Única de Rorainópolis

Por: SISTEMA CNJ



15/08/2019: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 15/08/2019

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

15/08/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 15/08/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

Data: 15/08/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

20/08/2019: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 20/08/2019

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**  
**Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro -**  
**RORAINÓPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail:**  
**rlis@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

### **DECISÃO**

**Recebo**a petição inicial, visto que em conformidade com os requisitos dos artigos 319 e seguintes da Lei 13.105/15. Ademais, juntou-se os documentos indispensáveis a análise do caso, nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil.

**Defiro**, por ora, os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Da análise da documentação acostada aos autos, bem como do conhecimento da realidade local, especialmente a renda per capita deste Estado e deste município (21.413,00 e 8.455,40 reais, respectivamente), verifico que é o caso de conceder a gratuidade judiciária. Ressalto que a vista de mais elementos durante a instrução processual, este benefício poderá ser revogado ou revisto.

**Cite-se**o réu para oferecimento da contestação no prazo de 15 dias, eletronicamente, uma vez que a parte é conveniada para recebimento de citação e intimação online.

Em regra, nos termos do art. 95 do CPC, os honorários periciais serão adiantados pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes. No presente caso, considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, a referida remuneração será integralmente adiantada pela requerida, nos termos dos itens 1.3 e 2.2.2 do Convênio de Cooperação nº 06/2015.

**Nomeio**, desde já, como médico perito, o Sr. **JONATHAS COSTA LOPES**, cujo profissional encontra-se devidamente cadastrado no banco de peritos deste tribunal.

**Fixo** honorários periciais no importe de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, nos moldes do Convênio de Cooperação nº 06/2015, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Roraima e a parte ré. O recolhimento prévio do respectivo valor far-se-á, no prazo de 10 (dez) dias, mediante guia próprio disponibilizada no sítio do TJRR, dando ciência ao senhor Perito Judicial do depósito efetivado e para o início do exame.

Considerar-se-á falta de interesse na realização dessa prova pericial a(s) parte(s) que não cumprir(em) com o seu dever de realizar, no prazo acima estipulado, o recolhimento dos honorários, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

Nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC, intemem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da

intimação deste despacho, indicar assistente técnico, apresentar quesitos e, querendo, arguir impedimento ou suspeição do Perito(a) Judicial nomeado(a).

Deverá o perito e a parte autora, munida de seus documentos pessoais, comparecer, pessoalmente, ao local e data designados (a ser posteriormente certificado pela Secretaria) para a realização da perícia.

A parte autora fica, desde já, ciente do seu dever de comparecer à perícia agendada, sendo que a sua falta injustificada acarretará na preclusão da prova pericial, seguindo o processo em seus demais atos processuais.

Designada data para perícia, **intime-se o autor ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS pessoalmente** para comparecer à perícia médica. (REsp 1364911/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016)

Nos termos do artigo 465 do CPC, fixo o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data da realização da perícia.

Deverá o senhor Diretor de Secretaria providenciar o acesso aos documentos necessários ao Perito(a) Judicial, via PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (acaso precise), essas últimas às expensas das partes.

Finalizado o exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo senhor Perito Judicial por meio de alvará-ofício.

Nos termos do artigo 477, § 1º, do CPC, com a apresentação do laudo em juízo, intinem-se as partes, via sistema PROJUDI, para, querendo, se manifestar no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

Cumpra-se.

Rorainópolis/RR, data constante no sistema.

**NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA**  
Magistrada



Data: 21/08/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE

Complemento: Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI

Relação de arquivos da movimentação:

-



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**  
**Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro -**  
**RORAINOPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail:**  
**rlis@tjrr.jus.br**

**MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO**  
**ONLINE**

<b>Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047</b>
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$10.968,75
<b>Autor(s)</b> ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS Vicinal: Trairi, 18294 - Zona Rural - RORAINOPOLIS/RR - E-mail: paulosouzavcm@hotmail.com - Telefone: 99151-5927
<b>Réu(s)</b> Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205
<b>PESSOA A SER CITADA/INTIMADA:</b>
<b>Réu(s)</b> <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</b> Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

Por ordem do MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, em cumprimento a este, fica a parte promovida, **CITADA ELETRONICAMENTE** para tomar conhecimento da ação acima mencionada, nos termos da petição inicial e do despacho/decisão judicial retro, ficando a mesma advertida de que tem o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer resposta. Se a parte ré não contestar a ação, será considerada revel e reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora, ressalvadas as hipóteses do art. 345 do CPC. Ainda, fica **INTIMADA** para, no mesmo prazo, manifestar-se sobre a possibilidade de acordo em audiência de conciliação ou julgamento antecipado da lide. Caso negativas as hipóteses, a parte deverá especificar as provas que pretende produzir, bem como os fatos que com elas pretenda comprovar.

RORAINOPOLIS, 21/8/2019.

**Laylla Tuyra Medeiros Monteiro de Monteiro**  
Assessora Técnica I, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito

OBSERVAÇÃO: 1 - Este processo tramita através do sistema CNJ (PROJUDI), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para juntar documentos aos autos (procurações, cartas de preposição, contestações, etc.), limite os arquivos ao máximo de 3MB cada, estando devidamente habilitado para acessar ao sistema.





21/08/2019: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

Data: 21/08/2019

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: JONATHAS COSTA LOPES habilitado até 19/11/2019 (90 dias)

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI

21/08/2019: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA.

Data: 21/08/2019

Movimentação: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA

Complemento: Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 21/08/2019 referente ao evento de expedição seq. 7.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 05/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO

Complemento: Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro  
DPVAT S/A

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- DOCS
- KIT SEGURADORA

2637953- C3/ 2019-04686/ INVALIDEZ



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR**

**Processo:** 08013445920198230047

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **15/09/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **09/10/2017**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

**BANCO DO BRASIL**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	27/07/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.531,25

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04252

CONTA: 000000008432-1

---

Nr. da Autenticação 6D11A46968DCA2C7

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para



inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **15/09/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.531,25 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

<sup>8</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono SIVIRINO PAULI, inscrito sob o nº 101B/RR, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 27 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **RORAINOPOLIS**, nos autos do Processo nº 08013445920198230047.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/07/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.531,25

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04252

CONTA: 000000008432-1

Nr. da Autenticação 6D11A46968DCA2C7



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170617847 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS **Data do acidente:** 15/09/2017 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO

**Descrição do exame médico pericial:** OMBRO DIREITO: LIMITAÇÃO INTENSA DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO PARA ADUÇÃO, ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO

**Resultados terapêuticos:** VITIMA SOFREU TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO, FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CLÍNICO COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS. ESTÁ DE ALTA.

**Sequelas permanentes:** DEFICIT FUNCIONAL EM OMBRO DIREITO

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 25/07/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO EXAME FÍSICO A LESÃO PROVOCADA PELO TRAUMA IMPACTOU COM LIMITAÇÃO EM GRAU INTENSO OMBRO DIREITO.

**Médico examinador:** TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO

**CRM do médico:** 1443

**UF do CRM do médico:** RR

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

### PRESTADOR

AVC PERÍCIAS MÉDICAS LTDA

**Médico revisor:** Juliana Amendola A Bianchi

**CRM do médico:** 52.84127-7

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Juliana Amendola A Bianchi*



Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2018

Carta nº: 13180289

A/C: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847  
Vitima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 104

Agência: 000004252

Conta: 000008432-1

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Imprimatura

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ze Alberto Camilio Ilean

RG. Nº 09595210 data de expedição 03/02/1988 Órgão  
Expedidor SSP/AM, portador do CPF nº 727739.44291 com domicílio na  
cidade de Marinópolis, no Estado Roraima, onde resido na  
(Rua/Avenida/Estrada) União Trásil 1400 07 Setor São

Francisco, Bairro Zona rural, declaro, sob  
as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado não é (era) de minha posse nem de  
minha propriedade, na data do acidente ocorrido com a vítima:  
Ze Alberto Camilio Ilean, cujo o condutor era  
Ze Alberto Camilio Ilean, não sendo possível  
o reconhecimento da assinatura do proprietário em virtude de o mesmo não reside no  
Estado de Roraima.

Veículo	<u>motocicleta Honda</u>
Modelo	<u>CB 125 FANES</u>
Ano	<u>2013 x 2013</u>
Placa	<u>NBA 9845</u>
Chassi	<u>9625C4120DA534336</u>
Data do Acidente	<u>15 de Setembro de 2017</u>

Local e Data: \_\_\_\_\_

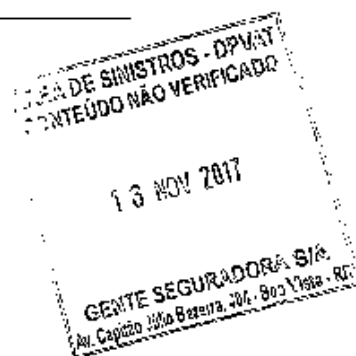
Ze Alberto Camilio Ilean

Assinatura do Declarante

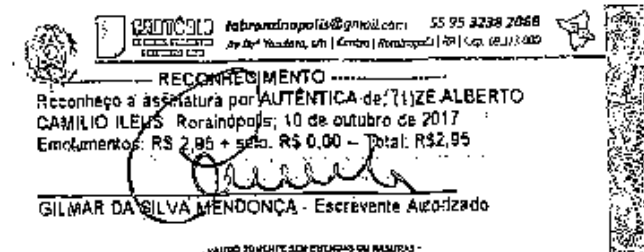


Ze Alberto Camilio Ilean

Assinatura do Condutor



(Caso seja um terceiro que a vítima reclamante do sinistro)



VALIDO SOMENTE SEM ENTULHOS OU RASURAS



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

01 DADOS DO(A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO =>	DIA	MÊS	ANO	HORA	NUMERO DE REGISTRO
Nome: <b>EF ALBERTO CAMILO ILEUS</b>		<b>15 09 2017</b>	<b>15</b>	<b>09</b>	<b>2017</b>	<b>20:20</b>	
DATA NASC	Dia	Mês	Ano	Idade:	Documento de Identificação	C.P.F.	SEXO: M ( ) / F ( )
<b>15</b>	<b>09</b>	<b>1993</b>	<b>43</b>				
End: Rua / Avenida		Nº		Complemento:			
<b>VIA ILEUS</b>							
Bairro:		Município:		Estado (UF)		Telefone:	
		<b>RLIS</b>		<b>RR</b>		<b>0000</b>	
FILIAÇÃO		PAI		MÃE			
				<b>MARIA NEUSA CAMILO ILEUS</b>			
02 DO ACIDENTE:							
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:							
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
04 TIPO DE ACIDENTE:							
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
Outros (descrever)							
TEMP: <input type="text"/>		PESO / Kg: <input type="text"/>		<input checked="" type="checkbox"/> m.m.H.g.			
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:							
PROFISSÃO		Conferir com original					
DIA		MÊS		ANO		HORA	
OBSERVAÇÕES							
<b>05.370.016/0001-00</b>							
06 DOENÇA OCUPACIONAL:							
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO							
HOSPITAL REGIONAL SUL							
GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUSA PINHO							
81 174 - Km 468							
CEP: 69.370-970							
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:							
ESPECIALIDADE:							
RESUMO CLÍNICO: <b>Prisão de mão por uma alavanca</b>							
EXAME FÍSICO:							
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):							
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):							
DIAGNÓSTICO: <b>Lesão de Luxação</b>							
PROVAVEL: <b>Lesão de Luxação</b> DEFINITIVO:							
08 DO(A) PACIENTE:							
REMOVIDO (A) PARA							
INTERNADO NO (A)							
<input type="checkbox"/> ALTA <input checked="" type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?							
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE		CARIMBO E ASSINATURA			
<b>15 09 2017</b>							

Tric ao GP

→ Topia -

- ① Dieta Genf S/D
- ② APP MANTER
- ③ Dipirona oral (E) 660 mg - 22-23-24
- ④ Tilatal 200 mg (E) 1 dose 22-23-24
- ⑤ Transal 100 mg (E) 8/8h S/N -  
SF GSA 100-1
- ⑥ CCGG + SW666 24-26

Dr. Joao Alves Barbosa Filho  
Oncologista e Traumatologista  
CRM-RR 17530 - 16272

Confere  
com original

05.370.016/0001-90  
HOSPITAL REGIONAL SUL  
00159/11 - GTOVAR DE SA. RTO  
174 - KM 7,50  
CEP: 69.370-970  
RORAINÓPOLIS - RR

HORA	T	C	FE	PA
06	36,2	78	18	110/70

Glicemia 126 mg/dl

24/11/19 - 5:20 + 50

**TRABALHADOR**

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do tempo de serviço - FGT5.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidar-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro o o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PIS/PASEP  
**123.46169.28-7**

NÚMERO **9199034** SÉRIE **001-0** LT **RR**

*Ze Alberto Camilio Fleus*  
ASSINATURA DO TITULAR

FOTO DO TITULAR

IMAGEM DO DEDO

15 NOV 2017

**QUALIFICAÇÃO CIVIL**

**BRASILEIRO**

NOME: **ZE ALBERTO CAMILIO FLEUS**

LOC. DE NASC.: **BARCELOS - AM**

PLACAO: **ANTONIO CAMILIO FLEUS**

MARIA NEUZA CAMILIO FLEUS

DOC. APRESENTADO: **RG 08585210 855 AM**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

LG. RESID. DE INSC. UNIC. INSC.

RG: **08585210**

CPF: **727.739.442-81**

T. ELEITOR: **2477172631**

SEÇÃO: **0032**

ZONA: **004**

LOCAL DA EMISSÃO: **DRTRR SL2**

EMISSÃO: **15/01/2006**

ASSINATURA DO TITULAR

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

DATA DE NASCIMENTO

DATA DE EMISSÃO

NOME

DOCUMENTO

LOCAL DE NASCIMENTO

LOCAL DE EMISSÃO

DATA DE EMISSÃO

ASSINATURA DO TITULAR





Documentos de Identificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RR Nº 99343B6750  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 01 CDD RENAVAM 00534884415 R.N.T.R.O. EXERCÍCIO 2014

NOME ALVES FERREIRA

MURAIROPOLIS RR

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

PLACA ANT / UF NDA9845 RR CHASSI 9C2JC4120DR534336

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLOTA/NAO APLIC. COMBUST. VEL. GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES ANO FAB. 2013 ANO MOD. 2013

CAP / POT / OIL 2P/0124CC/ CATEGORIA PARTICU COR. PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA 3PACU VENC. COTA ÚNICA 3PACU 1º VENC. COTAS 3PACU

2º 3PACU 3º 3PACU

PREMIO TARIFÁRIO (R\$) R\$1.11 COTA ÚNICA 3PACU

DATA DE PAGAMENTO 02/09/2014

AL. FID. ADM DE LUGAR NACIONAL HONDA LTD #

PROIB. SAIR DO AMAZ OCID

Edilson Dantas Santos

Director Presidente DETRAN/RR

MURAIROPOLIS DETRAN/RR

05/09/2014

REGRAS GERAIS DE DANOS PESSOAIS E MATERIAIS DE TRANSPORTE DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAÇÃO SEGURO DPVAT

RR Nº 99343B6750 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2014

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

RENAVAM 00534884415

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES

ANO FAB. 2013 ANO MOD. 2013

CHASSI 9C2JC4120DR534336

PREMIO TARIFÁRIO

TNS (R\$) R\$129.04

DETRAN (R\$) R\$14.34

CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$143.38

CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$4.15

IDF (R\$) R\$1.11

TOTAL DO SEGURO (R\$) R\$292.01

DATA DE PAGAMENTO 02/09/2014

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcios

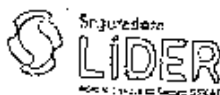
do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

DE SEUS DADOS - DPVAT  
NÃO VERIFICADO

13 NOV 2017





**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO  
DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT (800 0721204 ou 0800 221206) (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - Assinatura do Representante Legal).

Beneficiário entre 16 a 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Numero de Sinistro ou ASL

Código de Verificação

Nome completo do titular

434.439.442-91

Ze Alberto Campião Iheus

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CPF titular do crédito

434.439.442-91

Profissão

Artífice

Complemento

Número

SIN

Cidade

Aracaju

UF

SE

68373000

Telefone (DDD)

(95) 99139-0860

Declaro, sob as penas da lei, e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue em anexo cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RENDIMENTO INFORMAR

SEM RENDA

ATÉ R\$ 1.000,00

R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00

R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00

R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00

ACIMA DE R\$ 7.000,00

☐ CONTA POUPEÇA (somente para os bancos de Aracaju e uma opção)

☐ CONTA CORRENTE (todas as bancas)

BANCO DO BRASIL S.A. (001) (001)

☒ CAIXA ECONOMICA FEDERAL (001)

AGÊNCIA

4252

CONTA

8-432

UF

SE

AGÊNCIA

001

CONTA

001

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

CONTÉUDO NÃO VERIFICADO  
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO

Aracaju 09 de outubro de 2019

Ze Alberto Campião Iheus

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE 001 V091/1017

Page: 1 Document Name: untitled

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A470 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 19/10/2017

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA  
PAG: 001

AG: 4252 RORAINOPOLIS OPER: 013 CONTA: 8.432-1  
PERIODO: 19102017 ATE: 19102017 CPF: 727.739.442-91  
NOME: ZÉ ALBERTO CAMILLO ILEUS VLR.BEQ.JUD. :

DATA MOV	NR.DOC HISTORICO	TAXA	VALOR	SALDO
----------	------------------	------	-------	-------

F1 AJUDA	F4 SALDO EM 18/10/2017 R\$	F7 VOLTAR PAG.	H4B05329
F3 RETORNAR	F6 SALDO POR DATA LIMITE	F8 AVANÇAR PAG.	PL7 FINALIZAR

Kleber Vinícius Pimentel  
Gerente de Atendimento PF  
Mat. C 132376-8

Date: 19/10/2017 Time: 12:07:32

DE SHUSTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO  
16 NOV 2017  
GENTE SEGURADORA S/A  
R. Capitão João Bezerra, 404 - Boa Vista - SP





ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE RORAINÓPOLIS

403782

BOLETIM DE OCORRÊNCIA: **2005/17** DATA: 09/10/2017 HORA: 10:37  
ATENDENTE: JACY C. CAVALCANTE DELEGADO(A) TITULAR: CID GUIMARÃES DA SILVA

DADOS DO LOCAL DA OCORRÊNCIA  
DATA: 15/09/2017 HORA: 20:17  
LOCAL: VILA NOVA COLINA, KM 08, NA BR-174, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA:



DADOS DO COMUNICANTE/VÍTIMA  
NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS RG: 09595210 CPF: 727.739.442-91  
SSP/AM  
DATA DE NASCIMENTO: 15/09/1973 IDADE: 44 ANOS SEXO: MASCULINO  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA CIDADE: BARCELOS UF: AM  
PAI: ANTÔNIO CAMILIO ILEUS MAE: MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS  
GRAU DE ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO  
ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELHÃO DE TELEFONIA DA OI  
TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

DADOS DO(A) ENVOLVIDA  
NOME: MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS RG: PJ CPF: PJ  
DATA DE NASCIMENTO: 31/12/2016 IDADE: 09 MESES SEXO: FEMININO  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA CIDADE: RORAINÓPOLIS UF: RR  
PAI: NÃO DECLARADO MAE: ALBERLANY COSTA ILEUS  
GRAU DE ESCOLARIDADE: PJ  
ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELHÃO DA TELEFONIA DA OI  
TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

CODIGO

INFRAÇÃO

DESCRIÇÃO

1001

TRÂNSITO

ACID. TRÂNS. COM VÍTIMA COM LESÃO CORPORAL

BREVE RELATO DO FATO

Senhor Delegado, o senhor acima qualificado informa que estava conduzindo uma motocicleta da MARCA HONDA CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, PLACA NBA 9845, CHASSI 9C2JC4120DR534336, DE PROPRIEDADE DE SIMONE ALVES PEREIRA, que o mesmo estava na companhia de ALBERLANY COSTA ILEUS, MARIA ANTONIA COSTA ILEUS E PATRÍCIA BARRETO COSTA, que segundo no ROP/PM 2017040 e o COMUNICANTE O PNEUS TRASEIRO DA REFERIDA MOTOCICLETA FUROU e que devido isso segundo o mesmo não conseguiu controlar a motocicleta e veio ao chão que das quatro pessoas que estavam na motocicleta ZÉ ALBERTO E MARIA ANTONIA sofreram fraturas sendo que ZÉ ALBERTO sofreu fratura no seu braço abaixo do OMBRO e MARIA ANTONIA sofreu fratura no OSSO DO FÊMUR DO LADO DIREITO, que ALBERLANY E PATRÍCIA sofreram apenas escoriações pelo corpo ambas as pessoas feridas neste acidente de trânsito foram levadas para o HOSPITAL LOCAL DE RORAINÓPOLIS PELA GUARNIÇÃO DA PM, que o COMUNICANTE vem através deste dar entrada no SEGURO DPVAT, que vai em anexo a este cópias do CRLV DA MOTOCICLETA; PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS E DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS. Era o que tinha a Comunicar.

JACY C. CAVALCANTE  
AGENTE DE POLÍCIA

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

16 NOV 2017

GENTE SEGURADORA S/A  
Av. Camilo João Bezerra, 170 - Boa Vista - RR  
DESPACHO

Zé Alberto Camilio Ileus  
ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS  
COMUNICANTE/VÍTIMA

Intimado para o dia : 18/10/17 às 12:00min.

- ( ) Fato atípico, archive-se. ( ) Intimar Comunicante ( ) Intimar as partes  
( ) Ao S. I. para providências ( ) Aguardar audiência ( ) Encaminhe para:

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado O  
referido é verdade e dou fé.

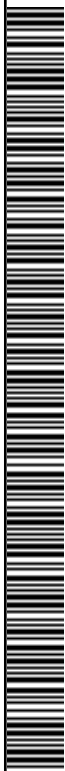
Ementados: R\$ 2,95 + selo, R\$ 0,00 = Total, R\$2,95  
Rorainópolis - RR, 10 de outubro de 2017.

*Gilmar da Silva Mendonça*

**GILMAR DA SILVA MENDONÇA - Escrivente Autorizado**

- VALUO SOU LENTE SÓLA CULMADA DOUTORIAL -

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSAR ZPSS6 F5HHH DB8GK





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

*No Declatório*

01 DADOS DO (A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO		DIA	MES	ANO	HORA	NÚMERO DE REGISTRO
Nome: <b>EE ALBERTO CAMILO ELLOS</b>		15 04 2017		15	04	2017	20:20	
DATA NASC	DIA	MES	ANO	Idade:	Documento de Identificação		C.P.F.	SEXO: M ( ) F ( )
15	04	1997	43					
End: Rua / Avenida				Bairro:		Município:	Estado (UF)	Telefone:
Vie ELLOS				RLIS		RR		
FILIAÇÃO		PAI	MÃE					
			MARIA NEUZA CAMILO ELLOS					
02 DO ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:								
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
04 TIPO DE ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
Outros (descrever):								
TEMP:		PESO / Kg:		PA		X		m.m.H.g.
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:								
PROFISSÃO: <b>DE SIMISTROS - PRIVAT</b> DIA   MES   ANO   HORA: <b>16 NOV 2017</b> HOSPITAL REGIONAL SUL CEP: 69.370-970								
06 DOENÇA OCUPACIONAL:								
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURO S/A								
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:								
ESPECIALIDADE: <b>RORAIMÓPOLIS</b> RESUMO CLÍNICO: <b>Prado de nota por me o braço</b> EXAME FÍSICO: <b>confere com original</b> EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO): <b>Anál. c/ Ortopedista</b> RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO): <b>Exame de Lúxos</b> DIAGNÓSTICO: <b>Prova de comprometimento do braço direito</b> PROVÁVEL: <b>Prova de comprometimento do braço direito</b> DEFINITIVO: <b>Prova de comprometimento do braço direito</b>								
08 DO (A) PACIENTE:								
REMOVIDO (A) PARA:								
INTERNADO NO (A):								
<input type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?								
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE				CARIMBO E ASSINATURA		
15 04 2017								

~~Teste de função renal~~

ENC. ao HZ

→ Topia

- ① Dieta Genf S/D
- ② APP MASTER
- ③ Dipirona oral (E) 640 mg - 22-08-14
- ④ Tiotil 200 mg (E) 100 mg - 22-08-14
- ⑤ Trisal 100 mg (E) 50 mg S/N -
- ⑥ CCGG + S/W 640 mg - 22-08-14

Confere  
com original

Dr. ~~João Alves Barbosa Filho~~  
Oncologista e Toxicologista  
Cirurgião de Mão  
CRM-PR 17.142/2019

05.370-018-0001-03  
HOSPITAL REGIONAL SUL  
GOVERNADOR JOÃO DE SOUSA PINTO  
Bairro 4 - Km 468  
CEP: 93.370-970  
RORAIMA, 05/09/2019

HORA	V	F	R	PA
06	362	78	28	110/70

Glicemia 126 mg/dl

24/09/2019 15:20:15



Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Type: **Text**

Sociedade anônima

### Don't be Entrepreneurial

Normal

### NO An Dentonin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Último Arquivamento:  
00003131301 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0026479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salero(s): 102595004

Hash: ECC52023-073D-4232-B033-7CC99430A908

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**



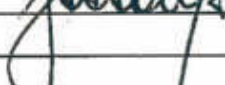
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:			
	Assinatura:			
	Telefone de contato:			
Data	E-mail:			
	Tipo de documento:			Híbrido
	Data de criação:			24/01/2018
	Data da 1ª entrada:			



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233K496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucecja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



JUCECJA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investitura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Ch* *Luc*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205




**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag: 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**JOSE ISMAR ALVES TORRES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13









4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernerdo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7B45C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10



4996510

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

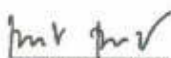
**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

**17º Ofício de Notas**  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9000

AD828690  
088674

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **HÉLIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (X00000529453)

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS

Em testemunho da verdade.

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.  
EELP-56891 NRE, EELP-56892 ORS

Consulte em <https://ww3.tjri.jus.br/sitapublico>

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
3.9% Escrevente  
CPE 46062 série 06077 ME  
Aut. 2015 3ª Lei 8.936/94





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.





anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**

**OAB/RJ 135.132**



Data: 05/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL

Complemento: Referente ao evento (seq. 10) JUNTADA DE PETIÇÃO DE  
CONTESTAÇÃO(05/09/2019 10:42:11). Identificador do Cumprimento: 0002.

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**  
**Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro -**  
**RORAINOPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail:**  
**rlis@tjrr.jus.br**

**CERTIDÃO**

**Certifico que a contestação apresentada é tempestiva.**

**ATO ORDINATÓRIO**

**Ao autor para réplica.**



05/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 05/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito JONATHAS COSTA LOPES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019)

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI



05/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 05/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL (05/09/2019)

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI

05/09/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 05/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- guia de deposito

2637953- C3/ 2019-04686/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR

Processo: 08013445920198230047

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

RORAINOPOLIS, 5 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA  
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI  
101-B - OAB/RR



			<b>Nº DA CONTA JUDICIAL</b> 5000133296812	
<b>Nº DA PARCELA</b> 0		<b>DATA DO DEPÓSITO</b> 02/09/2019	<b>AGÊNCIA (PREF / DV)</b> 3994	<b>TIPO DE JUSTIÇA</b> ESTADUAL
<b>DATA DA GUIA</b> 30/08/2019	<b>Nº DA GUIA</b> 2637953	<b>Nº DO PROCESSO</b> 08013445920198230047	<b>TRIBUNAL</b> TRIBUNAL DE JUSTICA	
<b>COMARCA</b> RORAINÉPOLIS		<b>ORGÃO/VARA</b> VARA +NICA C	<b>DEPOSITANTE</b> RÉU	<b>VALOR DO DEPÓSITO (R\$)</b> 200,00
<b>NOME DO RÉU/IMPETRADO</b>			<b>TIPO DE PESSOA</b> Juridico	<b>CPF / CNPJ</b>
<b>NOME DO AUTOR / IMPETRANTE</b> ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS			<b>TIPO DE PESSOA</b> Fisica	<b>CPF / CNPJ</b> 72773944291
<b>AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA</b> 330AEC99AC9BFB5E				



07/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 07/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito JONATHAS COSTA LOPES) em 09/09/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 12.

Por: JONATHAS COSTA LOPES



11/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019)

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

11/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019)

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

11/09/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão

11/09/2019: JUNTADA DE CERTIDÃO. Arq: Certidão

## **CERTIDÃO**

Certifico que o(a) Dr(a). Jonathas Costa Lopes, agendou o dia 30/10/2019, a partir das 10h00min, por ordem de chegada, para a realização da perícia que ocorrerá no Fórum desta Comarca de Rorainópolis/RR, localizado na Rua Pedro Daniel da Silva, s/n, Centro. Do que para constar, lavro o presente termo.

Rorainópolis/RR, 11/9/2019.

Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Analista Judiciário(a)

(Assinado Digitalmente)



11/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019)

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte



11/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019)

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

11/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 11/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 11/09/2019 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019) e ao evento de expedição seq. 19.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

11/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 11/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 11/09/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 17.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

11/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 11/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 11/09/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 11) EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL (05/09/2019) e ao evento de expedição seq. 13.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

11/09/2019: EXPEDIÇÃO DE MANDADO.

Data: 11/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO(11/09/2019 14:58:34).

Natureza: Intimação. Parte: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS. Identificador do Cumprimento: 0003.

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Relação de arquivos da movimentação:

- RLIS - Mandado de Intimação para Perícia - DPVAT





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**  
**Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro -**  
**RORAINOPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail:**  
**rlis@tjrr.jus.br**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA COMPARECIMENTO EM PERÍCIA**

(x) Justiça Gratuita ( ) Diligência do Juízo ( ) Verba Indenizatória

<b>Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047</b>
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$10.968,75
<b>Autor(s)</b> ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS Vicinal: Trairi, 18294 - Zona Rural - RORAINOPOLIS/RR - E-mail: paulosouzavcm@hotmail.com - Telefone: 99151-5927
<b>Réu(s)</b> Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

**DESTINATÁRIO:** ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS, residente à Vicinal Trairi, 18294 - Zona Rural - RORAINOPOLIS/RR - Telefone: 99151-5927.

O(A) MM. Juiz(íza) de Direito da vara supra manda ao Oficial de Justiça, em cumprimento a este, proceda à INTIMAÇÃO da parte nome e endereço acima, para comparecer pessoalmente à **perícia designada para o dia 30/10/2019, a partir das 10h00min, por ordem de chegada, no Fórum da Comarca de Rorainópolis, localizado à Rua Pedro Daniel da Silva, s/n, Centro**, devendo apresentar seus documentos pessoais de identificação, o boletim de ocorrência do acidente de trânsito e toda a documentação médica referente ao ocorrido, tais como prontuário médico, exames e receituários, **advertindo-a de que a sua falta injustificada acarretará na preclusão da prova pericial**, seguindo o processo em seus demais atos processuais.

**Obs: O Senhor Oficial de Justiça deverá** diligenciar na forma do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ/RR 002/2017 (nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, caso necessário).

Rorainópolis/RR, 11/9/2019.

Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Analista Judiciário, por ordem do(a) MM Juiz respondendo pela Comarca de Rorainópolis/RR

**OBSERVACAO:** 1. Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para se habilitar neste envie a documentação (procurações, cartas de preposição, contestações) pertinente diretamente pelo sistema em arquivos com no máximo **3MB** cada. 2. Caso o Advogado/Defensor/Procurador não esteja cadastrado no sistema PROJUDI, entrar em contato com Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima.

12/09/2019: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO.

Data: 12/09/2019

Movimentação: REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO

Complemento: Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 24) em 11/09/2019

17:51:20. Tipo: Distribuição por Compensação. Oficial de Justiça Designado: LENILSON GOMES DA SILVA. Parte: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

Por: Debora da Silva e Silva

12/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 12/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/09/2019 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019) e ao evento de expedição seq. 20.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

12/09/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 12/09/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/09/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 6)

CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 16.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

19/09/2019: DECORRIDO PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS.

Data: 19/09/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

Complemento: (P/ advgs. de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS \*Referente ao evento (seq. 18)  
JUNTADA DE CERTIDÃO(11/09/2019) e ao evento de expedição seq. 19.

Por: SISTEMA CNJ



20/09/2019: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 20/09/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A \*Referente ao evento (seq. 18) JUNTADA DE CERTIDÃO(11/09/2019) e ao evento de expedição seq. 20.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 24/09/2019

Movimentação: RETORNO DE MANDADO

Complemento: Referente ao evento (seq. 24) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (11/09/2019  
17:51:20). Parte: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

Por: LENILSON GOMES DA SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão de Oficial de Justiça



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**CENTRAL DE MANDADOS DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**  
Av. Pedro Daniel da Silva, S/N Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal -  
RORAINOPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - E-mail: rlis@tjrr.jus.br - Telefone: 31984178

Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047



## CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao presente mandado, **DEIXEI DE INTIMAR** pessoalmente a pessoa de **ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS**, em virtude de, ter obtido a informação (por telefone: **99129-4980**) do próprio intimando de que o mesmo **SE ENCONTRAVA EM BOA VISTA** (em virtude de tratamento de saúde), ocasião em que li o inteiro teor do presente mandado para o mesmo, tendo este tomado ciência e nota da perícia a ser realizada no dia 30/10/2019. Diligência realizada no dia **23.09.2019** às **14h40min**. Por ser expressão da verdade, Dou Fé.

Rorainópolis, 24/9/2019.

**LENILSON GOMES DA SILVA**  
Oficial de Justiça  
(Assinado digitalmente - Projudi)



24/09/2019: JUNTADA DE COMPROVANTE.

Data: 24/09/2019

Movimentação: JUNTADA DE COMPROVANTE

Complemento: Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 24) em 11/09/2019 -

Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (11/09/2019). Parte: ZÉ ALBERTO CAMILIO  
ILEUS

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI



24/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 24/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (24/09/2019)

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

24/09/2019: REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL.

Data: 24/09/2019

Movimentação: REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL

Complemento: Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE  
(05/09/2019 15:49:16)

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

24/09/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 24/09/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito JONATHAS COSTA LOPES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL (24/09/2019)

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

01/10/2019: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES.

Data: 01/10/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES

Complemento: (Para Perito JONATHAS COSTA LOPES \*Referente ao evento (seq. 6)

CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 12.

Por: SISTEMA CNJ

02/10/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 02/10/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 02/10/2019 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 30) RETORNO DE MANDADO (24/09/2019) e ao evento de expedição seq. 32.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

02/10/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 02/10/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimações - Referente aos eventos CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019), RETORNO DE MANDADO (24/09/2019), EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL (05/09/2019)

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Replica a Contestação



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA**  
**DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS – RORAIMA.**

**PROCESSO Nº 0801344-59.2019.823.0047**

**REQUERIDO: ZÉ ALBERTO CAMILO ILEUS**

O Requerente, já devidamente qualificado nos presentes Autos, vem a presença de Vossa Excelência para apresentar Réplica à Contestação apresentada pela Requerida, em cumprimento à intimação determinada por este D. Juízo, nos termos que seguem:

**DO PAGAMENTO DA PERÍCIA**

Excelência, o Requerente é pessoa pobre na acepção legal do termo e foi requerida a Gratuidade da Justiça, conforme preconizam as Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, a qual não foi contestada pela Requerida. Além disso, cumpre ressaltar que aplica-se ao presente caso a Perícia Judicial, que têm sido utilizada no âmbito deste E. Tribunal, para apuração das lesões sofridas, este também é o entendimento dos Tribunais pátrios:

**Processo: 7786949 PR 778694-9 (Acórdão)**

**Relator(a): Denise Antunes**

**Julgamento: 21/06/2012**

**Órgão Julgador: 10ª Câmara Cível**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. APLICABILIDADE DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. INVERSÃO QUE NÃO IMPLICA NA INVERSÃO DO ÔNUS FINANCEIRO. PERÍCIA JUDICIAL. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DA PERÍCIA SER REALIZADA PELO IML. ADMITE-SE PERÍCIA JUDICIAL. RECURSO NÃO PROVIDO.DPVATCDC**

**(7786949 PR 778694-9 (Acórdão), Relator: Denise Antunes, Data de Julgamento: 21/06/2012, 10ª Câmara Cível)**

Portanto, impugna o Autor a preliminar, pede a Inversão do ônus da Prova com fundamento no Código de Defesa do Consumidor e a realização de perícia judicial que, em havendo custas, as mesmas sejam suportadas pela Requerida, em razão da hipossuficiência do Autor.

**DO MÉRITO**

O demandante, no dia 15 de setembro de 2017, por volta das 20:17hs, foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na Vila Nova Colina, KM: 08, BR 174, evento este que lhe causou fratura de úmero proximal direito, amputação do 5º dedo do pé direito.

Deste modo, o vindicante, ciente do seu direito ao seguro obrigatório (DPVAT), promoveu, por meio de solicitação administrativa, o pagamento da apólice a título de invalidez,

apresentando todos os documentos exigidos por lei, conforme demonstram os documentos em anexo. Como bem reconheceu a Seguradora ao lhe dar provimento a indenização DPVAT, depositando-lhe a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e cinte e cinco centavos).

Segundo a Legislação específica em vigor, o Autor comprovou ser beneficiário da indenização, em razão de Acidente de Trânsito, fato reconhecido pela Requerida em Processo Administrativo, discutindo-se, no entanto, o valor a ser pago.

Cumpre ressaltar, Excelência, que a Requerida não forneceu ao Autor qualquer informação quanto aos parâmetros utilizados para a indenização paga, em Processo Administrativo, conforme relatado na Inicial, no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e cinte e cinco centavos). Também não apontou, na sua Contestação, em qual item da tabela de indenização apresentada se apoiou para calcular o “quantum indenizatório” pago ao mesmo.

O valor pago não condiz em nada com os danos experimentados pelo segurado, haja vista as sequelas resultantes do acidente, que lhe causaram danos irreversíveis, tudo relatado na Inicial e que será devidamente apurado na Perícia.

O Autor se desincumbiu de provar o alegado, apresentando os documentos que acompanham a Inicial ao contrário da Empresa Ré, que não apresentou até o momento qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito perquirido pelo Requerente, não guardando sintonia com o dispositivo Legal citado, em parte, na Contestação. O mesmo deve ser observado em sua íntegra, quanto ao ônus de provar o alegado, conforme transcreve-se do Código de Processo Civil:

**Art. 333 - O ônus da prova incumbe:**

**I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;**

**II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

**DA AUSENCIA DO LAUDO DO IML**

Primeiramente, importante fazer alguns esclarecimentos acerca do seguro DPVAT e da Legislação que atualmente o rege. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, que atualmente regula a matéria em seus artigos 30 a 32, oportunamente, transcrito logo abaixo o artigo 31, §1º, I e II, *in verbis*:

Artigo 31 § 1º - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I -quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II -quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo**, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.



Importante mencionar, ainda, para um melhor esclarecimento, um julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que afirma a **NECESSIDADE DA PERÍCIA JUDICIAL PARA O DESLINDE DO PROCESSO JUDICIAL**:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO DANO CORPORAL. **NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA MÉDICA.** SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na **Lei nº 11.945/2009**, que atualmente regula a matéria em seus artigos 30 a 32. Aplica-se a proporcionalidade na indenização para o caso de invalidez permanente no seguro DPVAT ao grau desta.

Diferente não é a jurisprudência segura do STJ, expressa no texto da **Súmula nº 474 do STJ**. Na espécie, **para o deslinde da lide, necessária a realização de nova prova pericial, no sentido de se auferir o grau de invalidez do demandante**. Desconstituição da sentença de 1º grau que se impõe, para que seja realizada a prova pericial. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, RECURSO PREJUDICADO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. (Apelação Cível Nº 70048695647, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Claudia Cachapuz, Julgado em 24/09/2014).

Assim, em todos os casos de processos judiciais que tem como objeto a cobrança do Seguro DPVAT, aplica-se a proporcionalidade na indenização para o caso de invalidez permanente no seguro DPVAT ao grau desta.

Ademais nossas jurisprudências, tem dado um tratamento diferenciado ao entendimento do nobre magistrado, senão vejamos:

**TJ-MG - Apelação Cível AC 10024123336687001 MG (TJ-MG)** Data de publicação: 27/05/2014 **Ementa:** AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de **laudo** do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

**TJ-MG - Apelação Cível AC 10024123061673001 MG (TJ-MG)** Data de publicação: 28/04/2014 **Ementa:** PROCESSO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML - EXTINÇÃO DO PROCESSO - APTIDÃO DA PETIÇÃO INICIAL - SENTENÇA CASSADA. 1. Uma petição inicial está apta a iniciar uma ação quando, além de preenchidos os requisitos do artigo 282 do CPC, permite à parte ex adversa a exata compreensão da demanda, possibilitando-lhe o exercício do contraditório como corolário da ampla defesa; e no caso vertente, é evidente a pretensão inicial e os fundamentos fáticos e jurídicos nos quais o autor/apelante a embasa, como já evidenciado. 2. O **laudo** pericial do Instituto Médico Legal **não é documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT.**

**TJ-MG - Apelação Cível AC 10024123014946001 MG (TJ-MG)** Data de publicação: 18/03/2013 **Ementa:** AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INDEFERIMENTO DA INICIAL - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - QUESTÃO OBJETO DE PROVA PERICIAL A SER REALIZADA SOB CONTRADITÓRIO - A comprovação do grau de incapacidade do segurado constitui mérito da ação e não pressuposto para o ajuizamento da ação, cabendo, portanto, a devida dilação probatória. Recurso Provido

Há que se ressaltar por oportuno que, apelação inicial está apta a iniciar a presente ação, haja vista preenchida todos requisitos do artigo 282 do CPC, as quais permitem à parte ex adversa a exata compreensão da demanda, possibilitando-lhe o exercício do contraditório como corolário da ampla defesa; e no caso vertente, é evidente a pretensão inicial e os fundamentos fáticos e jurídicos nos quais a autora/apelante a embasa, como já evidenciado.

Estarreço, pois o fato do laudo pericial do Instituto Médico Legal **não ser documento indispensável à propositura da ação de indenização do seguro DPVAT.**

Esta afirmação torna-se ainda mais evidente, quando mencionamos a Jurisprudência segura do STJ, expressa no texto da Súmula nº 474 do STJ, que diz: “**A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez**”.

Muito poderá se falar acerca da necessidade desta perícia judicial, porém, muito mais do que necessária, esta é



**OBRIGATÓRIA**, pois atualmente está prevista na Legislação atual e nas Jurisprudências dos Tribunais dos Estados e do Superior Tribunal de Justiça.

### **3. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PERÍCIA**

Embora, via de regra, seja a produção de prova pericial a cargo do requerente, (CPC, I, art. 333), no presente caso necessário se faz o decreto de inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, VIII do CDC, para fins de aferição do grau (percentual) da lesão incapacitante, vejamos:

**"Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:**

**(...)**

**VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente**, segundo as regras ordinárias de experiências."

Cite-se nesse sentido os seguintes julgados:

TJMS-056999) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - APLICAÇÃO DO CDC - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE PERITO - QUANTUM - ARBITRAMENTO - REDUÇÃO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Tratando-se da relação de consumo, o artigo 6º, VIII, do CDC prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova, ante a hipossuficiência do consumidor nas relações de consumo, ou até mesmo, ante a verossimilhança de suas alegações. Os honorários periciais devem ser fixados, proporcionalmente, e em atenção ao princípio da razoabilidade, observando-se os quesitos a ser respondidos e considerando, precipuamente, o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade da perícia, o tempo despendido pelo perito no trabalho realizado, e o grau de zelo profissional. (Agravo nº 2011.023779-7/0000-00, 4ª Turma Cível do TJMS, Rel. Josué de Oliveira. unânime, DJ 23.09.2011).

TJSP-141845) AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO DE VEÍCULO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - PROVA PERICIAL - HONORÁRIOS PERICIAIS A SEREM SUPOSTOS PELA RÉ. (GN)

"A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas da perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa." Agravo de Instrumento. Seguro de veículo (DPVAT).

### **DO PEDIDO DE DANOS MORAIS**

Consoante o que dispõe os Art.s 186 e 927 do Código Civil, o Autor faz jus a receber uma indenização, a título de Danos Morais, haja vista que a Requerida teve a oportunidade de analisar o Processo Administrativo e diligenciar perícias e quaisquer outras provas que entendesse necessárias para apuração da indenização a ser paga ao beneficiário.

No entanto, Excelência, a Empresa ré fez procedimento administrativo interno, sem dar conhecimento dos trâmites e dos critérios utilizados para o pagamento efetuado. Agindo de tal forma, a Seguradora não procedeu com boa fé objetiva e, também, não respeitou os direitos do Segurado de que não teve chance para se manifestar ou produzir novas provas no Processo.



Assim, a Requerida efetuou pagamento de valor aquém do que merece o Autor/Segurado, quebrando o Princípio da boa-fé objetiva que deve permear as relações jurídicas. Então, o Requerente se viu obrigado a recorrer ao Judiciário para receber seu valor de direito, assegurado por Lei.

**Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

**Art. 927.** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Justifica-se assim o direito do Autor em pleitear danos morais, em valor a ser arbitrados por este D. Juízo.

### **DOS PEDIDOS**

I - O Autor ratifica a Inicial em todos os seus termos e pede a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, para que Vossa Excelência condene a Requerida ao pagamento de indenização pelos danos corporais em decorrência do Acidente narrado na Inicial, a ser devidamente corrigida com a incidência de juros à base de 1% ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação;

II - O Autor impugna os Requerimentos da Empresa Ré, especialmente quanto ao pagamento de custas processuais e periciais, em razão da Gratuidade de Justiça garantida ao mesmo;

III - Fica impugnado o pedido de inversão do ônus da Prova, com aplicação subsidiária do CDC, diante da hipossuficiência do Autor, incumbe à Ré apresentar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos do Requerente;

IV - Não se aplica Perícia pelo IML, em razão de já haver Laudo elaborado por aquele Instituto, sendo que este E. Tribunal vem utilizando perícia realizada no âmbito Judicial;

V - Dano moral pertinente, em razão da quebra da boa-fé objetiva e em consonância com a Legislação e Princípios de Direito especialmente o da Dignidade da Pessoa Humana, valor a ser arbitrado por este Douto Juízo.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Boa Vista, 02 de outubro de 2019.

Paulo Sergio de Souza

OAB/RR 317-B



04/10/2019: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 04/10/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (20/08/2019) e ao evento de expedição seq. 16.

Por: SISTEMA CNJ



05/10/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 05/10/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito JONATHAS COSTA LOPES(Leitura automática em 04/10/2019 às 23:59)) em 04/10/2019 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 33) REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL (24/09/2019) e ao evento de expedição seq. 34.

Por: SISTEMA CNJ

12/10/2019: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES.

Data: 12/10/2019

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES

Complemento: (Para Perito JONATHAS COSTA LOPES \*Referente ao evento (seq. 33)  
REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL(24/09/2019) e ao evento de expedição seq. 34.

Por: SISTEMA CNJ

17/10/2019: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL.

Data: 17/10/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL

Complemento: Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE(02/10/2019 17:01:24). Identificador do Cumprimento: 0004.

Por: Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - SJRI

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**

**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - PROJUDI**

**Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro - RORAINOPOLIS/RR -**

**CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail: rlis@tjrr.jus.br**

Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047

## **CERTIDÃO**

Certifico que a juntada da Petição de Réplica a Contestação interposta no E.P. 37 **é tempestiva.**

RORAINOPOLIS, 17/10/2019.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)

Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - EPR

Técnica Judiciária



12/11/2019: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 12/11/2019

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Redistribuição

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

12/11/2019: REDISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO EM RAZÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADE JUDICIÁRIA.

Data: 12/11/2019

Movimentação: REDISTRIBUÍDO POR PREVENÇÃO EM RAZÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADE JUDICIÁRIA

Complemento: Vara Cível Única de Rorainópolis - 2º Titular

Por: RAIMUNDO SOUZA SANTIAGO

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



SEI/TJRR - 0670157 - Portaria

[http://sei.tjrr.jus.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&...](http://sei.tjrr.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&...)



## PORTARIA Nº RLI/2019

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a Resolução do Tribunal Pleno n. 29, de 3 de julho de 2019, que dispõe sobre a instituição da Segunda Titularidade da Vara Única da Comarca de Rorainópolis;

**CONSIDERANDO** o edital de remoção n. 1/2019, que divulgou a vacância de 1 (um) cargo para Juiz de Direito da Segunda Titularidade da Vara Única da Comarca de Rorainópolis, bem como a promoção da candidata única Dra. NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA;

**CONSIDERANDO** a necessidade de constante aprimoramento da prestação jurisdicional da Vara Única da Comarca de Rorainópolis e a busca perene da razoável duração do processo;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instalar a Segunda Titularidade da Vara Única da Comarca de Rorainópolis, com sede nas dependências do Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal, localizado na Av. Pedro Daniel da Silva, s/nº, no Município de Rorainópolis/RR, na data de XX de XXXXX de 2019.

**Art. 2º** Após a instalação a que se refere esta Portaria, a competência jurisdicional entre a Primeira e a Segunda Titularidade da Vara Única da Comarca de Rorainópolis será geral e por dígito.

**§1º** Considerar-se-á o dígito par ou ímpar o último número decimal que antecede o ano de distribuição do processo.

**§2º** O acervo existente até o dia 12/11/2019 será dividido entre a Primeira Titularidade com competência de dígito ímpar e a Segunda Titularidade com competência de dígito par.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL24 FM7E7 THY7C CMZ8Y



SEI/TJRR - 0670157 - Portaria

[http://sei.tjrr.jus.br/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&...](http://sei.tjrr.jus.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&...)

§3º A partir do dia 13/11/2019 a distribuição entre as duas Titularidades da Vara Única da Comarca de Rorainópolis será automática e aleatória.

**Art. 3º** A Secretaria de Tecnologia da Informação realizará a criação da Segunda Titularidade no sistema PROJUDI com a divisão do acervo de processos que tramitam na Vara Única da Comarca de Rorainópolis, objetivando a divisão do acervo existente, a distribuição igualitária de novos processos e organização da pauta de audiências.

**Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**Desembargador MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MOZARILDO MONTEIRO CAVALCANTI, Presidente**, em 12/11/2019, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0670157** e o código CRC **EC2039E1**.

0018130-20.2019.8.23.8000

0670157v2

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL24 FM7E7 THY7C CMZ8Y

12/11/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 12/11/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

17/11/2019: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 17/11/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Por: Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - SJRI

19/11/2019: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE.

Data: 19/11/2019

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**  
**Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal -**  
**Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 - E-mail: rlis@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

### **DESPACHO**

Certifique-se nos autos o comparecimento do autor para realização da perícia, **intimando** o perito para juntado do laudo pericial, no prazo de 15 (quinze) dias.

Em caso negativo, **intime-se** o advogado, por meio do sistema PROJUDI, para manifestação acerca da certidão do mov. 30.1.

Rorainópolis/RR, 19/11/2019.

**NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA**  
Magistrada





Data: 06/12/2019

Movimentação: JUNTADA DE LAUDO

Por: Dircy Ana de Lima Pereira

Relação de arquivos da movimentação:

- JUNTADA DE LAUDO
- JUNTADA DE LAUDO - FRENTE
- JUNTADA DE LAUDO - VERSO

E-mail de Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - ENTREGA DE...

https://mail.google.com/mail/u/1?ik=a4e7bfc9c2&view=pt&search=a...



Email Rorainopolis rlis <rlis@tjrr.jus.br>

## ENTREGA DE LAUDOS

1 mensagem

**Rosa Izabel Amorim Pinto** <rosaiza1@outlook.com>

4 de dezembro de 2019 23:57

Para: Email Rorainopolis rlis <rlis@tjrr.jus.br>

BOA NOITE DEBORA ! SEGUE EM ANEXO LAUDOS DAS PERICIAS REALIZADAS PELO Dr. JONATHAS COSTA LOPES, NESTA COMARCA EM 30 DE OUTUBRO DE 2019.














DESDE JÁ AGRADEÇO PELA ATENÇÃO

ROSA IZABEL  
SECRETARIA

AGUARDO E-MAIL DE CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO

Enviado do [Outlook](#)





















### 42 anexos

-  **LAUDO 01 - FRENTE - HILDA - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
571K
-  **LAUDO 01 - VERSO - HILDA - DR. JONATHAS04122019\_0001.pdf**  
634K
-  **LAUDO 02 - FRENTE - EDIVALDO - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
417K
-  **LAUDO 02 - VERSO - EDIVALDO - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
465K
-  **LAUDO 03 - FRENTE - ROBERTO RODRIGUES - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
542K
-  **LAUDO 03 - VERSO - ROBERTO RODRIGUES - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
610K
-  **LAUDO 04 - FRENTE - HEVERT - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
524K
-  **LAUDO 04 - VERSO - HEVERT - DR. JONATHAS04122019.pdf**  
616K
-  **LAUDO 05 - FRENTE - GILSON - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
507K
-  **LAUDO 05 - VERSO - GILSON - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
575K
-  **LAUDO 06 - FRENTE - NATANAEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
532K
-  **LAUDO 06 - VERSO - NATANAEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
598K
-  **LAUDO 07 - FRENTE - EDIL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
499K



E-mail de Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - ENTREGA DE...

<https://mail.google.com/mail/u/1?ik=a4e7bfc9c2&view=pt&search=a...>

-  **LAUDO 07 - VERSO - EDIL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
593K
-  **LAUDO 08 - FRENTE - MAGNO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
496K
-  **LAUDO 08 - VERSO - MAGNO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
597K
-  **LAUDO 09 - FRENTE - ZÉ ALBERTO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
505K
-  **LAUDO 09 - VERSO - ZÉ ALBERTO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
609K
-  **LAUDO 10 - FRENTE - JOEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
493K
-  **LAUDO 10 - VERSO - JOEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
581K
-  **LAUDO 11 - FRENTE - MIGUEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
512K
-  **LAUDO 11 - VERSO - MIGUEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
592K
-  **LAUDO 12 - FRENTE - JEZIEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
532K
-  **LAUDO 12 - VERSO - JEZIEL - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
638K
-  **LAUDO 13 - FRENTE - RONALDO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
554K
-  **LAUDO 13 - VERSO - RONALDO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
653K
-  **LAUDO 14 - FRENTE - DANILO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
531K
-  **LAUDO 14 - VERSO - DANILO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
647K
-  **LAUDO 15 - FRENTE - ANTONIO CARLOS - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
578K
-  **LAUDO 15 - VERSO - ANTONIO CARLOS - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
641K
-  **LAUDO 16 - FRENTE - FRANCISCA ZENAIDE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
552K
-  **LAUDO 16 - VERSO - FRANCISCA ZENAIDE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
652K
-  **LAUDO 17 - FRENTE - SUZANE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
531K
-  **LAUDO 17 - VERSO - SUZANE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
637K
-  **LAUDO 18 - FRENTE - CHARLENE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
544K
-  **LAUDO 18 - VERSO - CHARLENE - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
629K



E-mail de Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - ENTREGA DE...

<https://mail.google.com/mail/u/1?ik=a4e7bfc9c2&view=pt&search=a...>



**LAUDO 19 - FRENTE- NASCIMENTO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
537K



**LAUDO 19 - VERSO- NASCIMENTO - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
636K



**LAUDO 20 - FRENTE- ROBERTO RODRIGUES - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
398K



**LAUDO 20 - VERSO- ROBERTO RODRIGUES - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
461K



**LAUDO 21 - FRENTE- AMANDA - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
423K



**LAUDO 21 - VERSO- AMANDA - DR. JONATHAS05122019.pdf**  
473K



AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31 da Lei 11.945, de 04/08/2009)

Processo nº. 080.1344-59.2019.8.23.0047

Requerente: Zé Alberto Camileia Ilheus

Informações do acidente

Local: Vila Nova Colina, Km 08, BR-174, Zona Rural de  
Rocainópolis - RR

Data do acidente 15 / 09 / 2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial em epígrafe, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na  
Vara Cível de Competência Residual da Comarca de Boa Vista-RR

Boa Vista-RR, 30 / 10 / 2019

Zé Alberto Camileia Ilheus  
Assinatura de vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ sim ☐ não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)

Quadril / Membro superior

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura de úmero proximal conservadora

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ sim ☒ não

Se SIM, descreva a(s) medidas terapêutica(s) indicada(s)



9  
verso

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Limitação da elevação do MSE + limitação  
Grave da circunferência do antebraço

V) Em virtude da evolução de lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ sim, em que prazo:

☒ não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945, de 04 de julho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmentos corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar-se o dano é:

b.1 ☒ Parcial Completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☐ Parcial Incompleto (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º, da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	Membros superior	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Boa Vista - RR, 30 / 10 / 19  
Rorainópolis - RR

Dr. Janderson Medeiros - CRM  
Assinatura: 159 TEOT 14272  
Orcamento de Tatuagem

06/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 06/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (06/12/2019)

Por: Dircy Ana de Lima Pereira



06/12/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 06/12/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (06/12/2019)

Por: Dircy Ana de Lima Pereira

06/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 06/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/12/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 47) JUNTADA DE LAUDO (06/12/2019) e ao evento de expedição seq. 49.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

09/12/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 09/12/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 09/12/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 47) JUNTADA DE LAUDO (06/12/2019) e ao evento de expedição seq. 48.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

09/12/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 09/12/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO  
(06/12/2019)

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA DA  
COMARCA DE RORAINÓPOLIS- RORAIMA

Processo: 0801344-59.2019.823.0047

**ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS**, devidamente qualificado nos autos supra, em que demanda em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, respeitosamente, a presença de vossa excelência, por intermédio de seu advogado, nos autos do processo em epígrafe, em manifestação ao laudo médico de EP. 47 expor e requerer o quanto segue:

Primeiramente informar que concorda com o Laudo Médico, juntado no EP: 47 onde demonstra com grande clareza, a lesão sofrida e as sequelas permanente resultante do acidente de trânsito.

Desta forma não há necessidade de mais provas, Requer a conclusão para a **Sentença**, afim de que seja pago ao requerente o valor no que faz jus.

Termos em que Pede Deferimento

Boa Vista, 09 de dezembro de 2019.

Paulo Sergio de Souza

OAB/RR 317B



14/01/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 14/01/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO  
(06/12/2019)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- DOCS



2637953- C3/ 2019-04686/ INVALIDEZ



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR**

**Processo:** 08013445920198230047


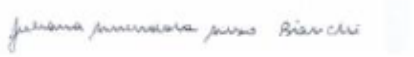
**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Requerida a indenização em sede administrativa, foi apurada lesão no ombro direito com repercussão intensa (75%), efetuando o pagamento no valor de R\$2.531,25:




PARECER DE PERÍCIA MÉDICA				
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3170617847	Cidade: Rorainópolis	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS	Data do acidente: 15/09/2017	Seguradora: ARUANA SEGUROS S/A		
<b>PARECER</b>				
<b>Diagnóstico:</b> TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO				
<b>Descrição do exame médico pericial:</b> OMBRO DIREITO: LIMITAÇÃO INTENSA DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO PARA ADUÇÃO, ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO				
<b>Resultados terapêuticos:</b> VITIMA SOFREU TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO, FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CLÍNICO COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS, ESTÁ DE ALTA.				
<b>Sequelas permanentes:</b> DEFICIT FUNCIONAL EM OMBRO DIREITO				
Sequelas: Com sequela				
Data da perícia: 25/07/2018				
Conduta mantida:				
<b>Observações:</b> DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO EXAME FÍSICO A LESÃO PROVOCADA PELO TRAUMA IMPACTOU COM LIMITAÇÃO EM GRAU INTENSO OMBRO DIREITO.				
<b>Médico examinador:</b> TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO				
<b>CRM do médico:</b> 1443				
<b>UF do CRM do médico:</b> RR				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
		<b>Total</b>	<b>18,75 %</b>	<b>R\$ 2.531,25</b>
<b>PRESTADOR</b>				
AVC PERÍCIAS MÉDICAS LTDA				
<b>Médico revisor:</b> Juliana Amendola A Bianchi				
<b>CRM do médico:</b> 52.84127-7				
<b>UF do CRM do médico:</b> RJ				
<b>Assinatura do médico:</b>				
				

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando lesão no membro superior direito com repercussão intensa (75%).

Importante esclarecer que, conforme demonstram os próprios documentos de atendimento medico apresentados pela parte autora, **A LESÃO FOI OCASIONADA NO OMBRO DIREITO:**



 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

### GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DI	ME	ANO	HORA	NÚMERO DE REGISTRO
15	04	2017	20:20	

DATA DE ATENDIMENTO

01 DADOS DO(A) PACIENTE

NOME: **ZÉ ALBERTO CAMILO LLEUS** SEXO: M ( ) F ( )

DATA NASC: **15/09/1977** Estado: **RR** Documento de identificação: **RLIS** CPF: **05.370.016/0001-90**

Endereço: **VIA LLEUS** Estado (UF): **RR** Telefone: **69.370.970**

FILIAÇÃO

PAI: **MARIA NEUSA CAMILO LLEUS**

MÃE: **MARIA NEUSA CAMILO LLEUS**

02 DO ACIDENTE

☐ RESIDÊNCIA ☐ VIA PÚBLICA ☐ TRABALHO ☐ TRÂNSITO ☐ OUTROS (DESCREVER)

03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA

☐ TRANSPORTADO ☐ DE AMBULÂNCIA ☐ REMOVIDO ☐ OUTROS (DESCREVER)

04 TIPO DE ACIDENTE

☐ TRAUMÁTICO ☐ QUEIMADURA ☐ ENVENENAMENTO ☐ CHOQUE ELÉTRICO ☐ OUTROS (DESCREVER)

Outros (descrever):

TEMP: **36,5** PESO / Kg: **70** ☒ **CONFÉ** com original.

05 DO ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR

PROFISSÃO: **CONFÉ**

06 DOENÇA OCUPACIONAL

☐ SIM ☒ NÃO

07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE CÍVIL

ESPECIALIDADE: **ORANÓPOUS**

RESUMO CLÍNICO: **Lesão de mão por machadado.**

EXAME FÍSICO: **Art. c/ Ortopedia**

EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VÍDEO)

RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VÍDEO)

DIAGNÓSTICO: **Lesão de mão por machadado**

PROVÁVEL: **Tratamento conservador com imobilização**

DEFINITIVO:

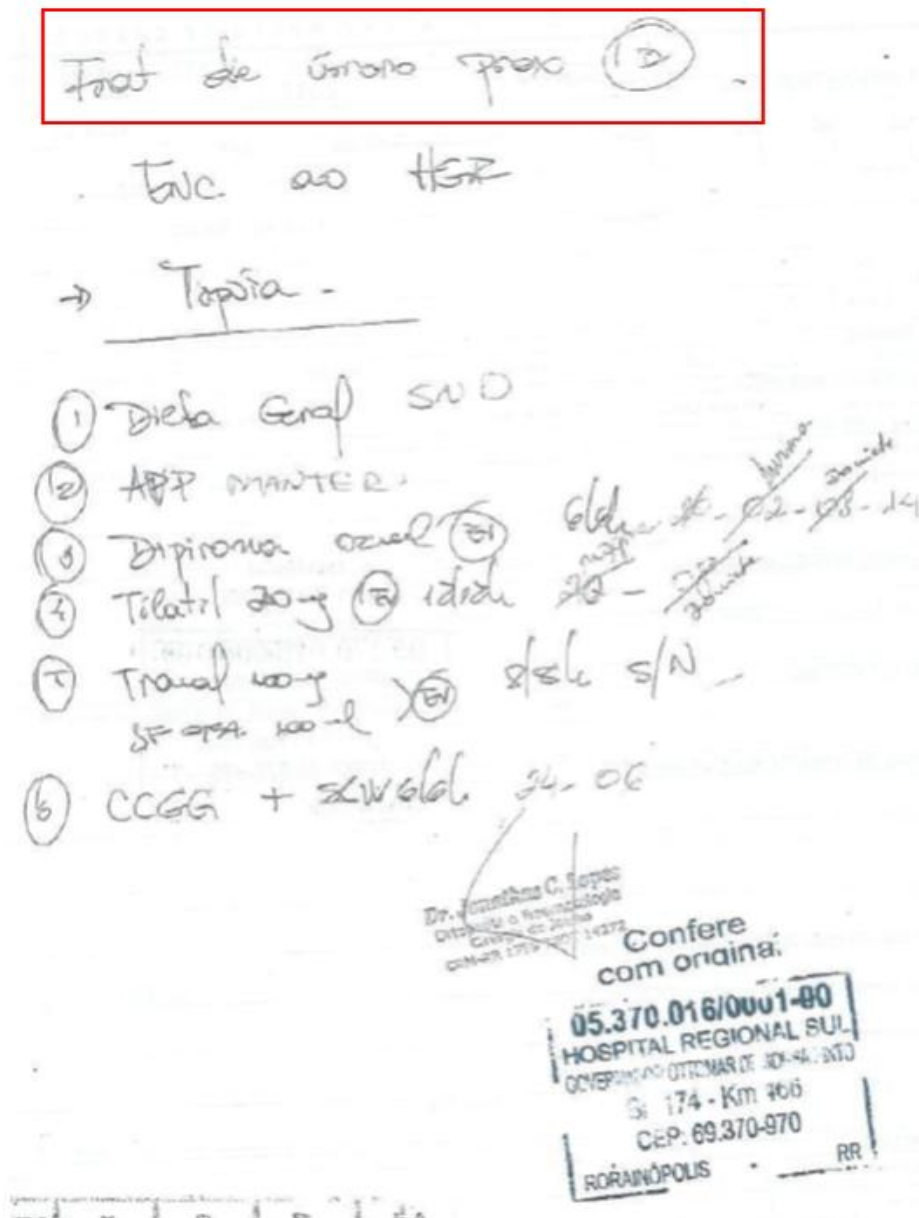
08 DO(A) PACIENTE

REMOVIDO (A) PARA: **ORANÓPOUS**

INTERNO(A) NO (A): **ORANÓPOUS**

☐ ALTA ☒ RESCENDIMENTO COM IMPLANTAÇÃO ☐ DE AMBULÂNCIA POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS

DATA: **15/04/2017** RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO(A) PACIENTE: **ORANÓPOUS** CARIMBO E ASSINATURA



Primordial se faz ressaltar que o exame pericial médico deve ser realizado com a observação de todas as informações da casuística, principalmente, analisando os documentos de atendimento médico da data do acidente.

**DESTA FORMA, REQUER A INTIMAÇÃO DO EXPERT PARA ESCLARECER A RAZÃO PELA QUAL APURA LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO SE O ÚNICO SEGMENTO AFETADO NO ACIDENTE FOI O OMBRO DIREITO, BEM COMO, PARA GRADUAR O SEGMENTO CORRETO: OMBRO DIREITO.**

**Em caso de condenação, requer a aplicação da a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 7 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5KR 9CKH8 AJ2F7 BGRCK





DE SINISTROS - DPVAT  
SINISTRO NÃO VERIFICADO  
15 NOV 2017  
GENTE SEGURADORA S/A  
Av. Espírito Santo 88 - 10º andar - Rio de Janeiro - RJ

PROJUDI PASSIVIDADE

980131278

DATA DE EMISSÃO: 14/01/2020

VALOR: R\$ 100,00

DESCRIÇÃO: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOAO ALVES BARBOSA FILHO

DATA: 14/01/2020

LOCAL: RIO DE JANEIRO

PROJUDI PASSIVIDADE

980131278

DATA DE EMISSÃO: 14/01/2020

VALOR: R\$ 100,00

DESCRIÇÃO: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOAO ALVES BARBOSA FILHO

DATA: 14/01/2020

LOCAL: RIO DE JANEIRO







Documentos de Identificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RR Nº 99343B6750  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 01 CDD RENAVAM 00534884415 R.N.T.R.O. EXERCÍCIO 2014

NOME ALVES FERREIRA

MURAIROPOLIS RR

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

PLACA ANT / UF NDA9845 RR CHASSI 9C2JC4120DR534336

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLOTA/NAO APLIC. COMBUST. VEL. GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES ANO FAB. 2013 ANO MOD. 2013

CAP / POT / OIL 2P/0124CC/ CATEGORIA PARTICU COR. PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA 3PACU VENC. COTA ÚNICA 3PACU 1º VENC. COTAS 3PACU

FAIXA LTVLA 44 PARCELAMENTO / COTAS 44 PARCELAMENTO / COTAS 44

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) R\$1.11 JOF (R\$) R\$292.01 PRÊMIO TOTAL (R\$) R\$293.12 DATA DE PAGAMENTO 02/09/2014

AL. FID. ADM DE LTVS NACIONAL HONDA LTD # PROIB. SAIR DO AMAZ OCID

Edilson Dantas Santos Diretor Presidente

MURAIROPOLIS - DETRAN/RR 02/09/2014

RR Nº 99343B6750 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2014

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

BILHETE DE SEGURO DPVAT

RR Nº 99343B6750 EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSÃO 03/09/2014

VIA 01 CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

RENAVAM 00534884415 MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES

ANO FAB. 2013 ANO MOD. 2013 CHASSI 9C2JC4120DR534336

PRÊMIO TARIFÁRIO

TNS (R\$) R\$129.04 DENATRAV (R\$) R\$14.34 CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$143.38

CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$4.15 IDP (R\$) R\$1.11 TOTAL DO SEGURO (R\$) R\$292.01

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 02/09/2014

Seguradora Líder dos Consórcios  
do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

DE SEUS DIÁRIOS - DPVAT  
NÃO VERIFICADO

13 NOV 2017



2. Sr. Alberto Cornelio Ilheus, Portador do RG N-09595210  
CPF: 727.739.442-34, residente na VE Trairi 18294 Zona Rural  
Nova Colina - RE, uniu outros dados informan que foi vítima  
da ocidente de furto ocorrido no dia 15/09/2017  
Por volta das 20:17hs, na Vila Nova Colina, KM 08, na BR134  
Zona Rural, Zorainópolis - RE, onde se foi juntamente com o Sr. Ilheus,  
a vítima sendo girada a motocicleta Honda CG 125 com ES, de  
cor preta, placa NBF 3845, Chassi: 3C25C4120 DR534336 de  
propriedade de Simone Alves Pereira, Vendo informan que não  
teve como identificar a Delação do Proprietário da Motocicleta, pois  
não se deu por dentro de Simone Alves Pereira, ou comprou a moto  
dela, mas como sabe que adquiriu a moto se tornou mais difícil  
não para a moto para a sua mãe, Sr. Pereira a Dona  
Simone no seu endereço que eu posso e ela não sabe mais  
os telefones que eu tinha dela não existe mais, que não consigo  
localizá-la e que por este fato não tem como mandar a  
Delação. Para encareceramente a regulon andamento da  
meu processo pois posso regular firmemente em duas-  
maneira da ocidente de furto que se foi no dia 15/09/2017.



ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

21 MAR 2019

2. Sr. Alberto Cornelio Ilheus

GERENTE SEGURADORA SIA  
R. Orlindo, 1000 Rua 141, Boa Vista, RJ



Relatório de Ocorrência



GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima

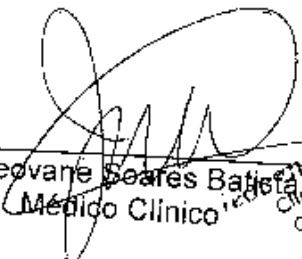
## LAUDO MÉDICO

NOME : **Zé Alberto Camilio Ileus**  
Data de internação: 18/04/18

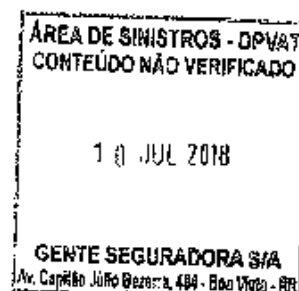
Declaro para fins de benefício junto a **Previdência Social** que o paciente acima deu entrada no PAAR com quadro de pé diabético direito complicado com quadro grave de infecção em pós-operatório de amputação de 5º dedo do pé D.

Foi submetido a desbridamento cirúrgico e atualmente está estável, afebril, acamado, se comunicando normalmente, dependente de terceiros para sua higiene e outras necessidades básicas.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

  
Dr. Jeovane Soares Batista  
Médico Clínico  
CRM-RR-3997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0615





GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima

## RESUMO DE ALTA

NOME: **Zé Alberto Camilo Ilheus**

Data de internação: **19/04/18**

Data de alta: **16/05/2018**

Paciente deu entrada no HGR transferido do HLI para avaliação com serviço de cirurgia vascular por complicações de PO de amputação de 5º pododáctilo D ( pé diabético ) + desbridamento.

Realizado novo desbridamento no dia 26/04 sem intercorrências.

Transferido para bloco B aos cuidados da clínica médica para acompanhamento. Realizou tratamento ATB e sintomáticos, evoluiu com melhoras do quadro clínico.

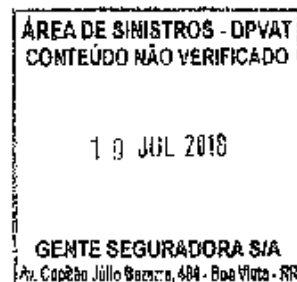
Paciente foi submetido a reavaliação do quadro pela cirurgia vascular em 07/05 que indicou alta para acompanhamento ambulatorial.

Hoje encontra-se lúcido, eupneico, comunicando-se normalmente.  
Exames laboratoriais : anemia . Recebe alta hoje com orientações para acompanhamento ambulatorial com serviço de cirurgia vascular. Retornar em caso de piora.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

*Jeovane S. Batista*  
Clínica Médica  
CRM-RR:997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170617847 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS **Data do acidente:** 15/09/2017 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 05/04/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** FRATURA DE UMEROS DIREITO

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO NÃO INFORMADO

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** LAUDO INCONCLUSIVO

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

**Nome do médico:** EDSON L D ANDRADE

**CRM do médico:** 52.44121-9

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**



PROCURAÇÃO



**OUTORGANTE:** Ze Alberto Camilio Fleus, brasileiro(a)  
estado civil solteiro, profissão: Arquiteto, portador(a)  
da cédula de identidade CIRG nº 09595210 e inscrito no CPF/MF nº  
925.739.442-91, residente e domiciliado na  
Rua General Penha Brasil nº 14009, Sítio São Francisco nº 500, Bairro:  
Boa Vista, Roraima, Tel: (95) 89151-5927  
E-mail: \_\_\_\_\_

**OUTORGADO:** Francisca Sousa Do Nascimento, brasileira, solteira, portadora do RG nº  
148.994 SSP/RR e inscrito no CPF nº 606.934.792-72, residente e domiciliada na  
Rua: General Penha Brasil, nº 102/2, Bairro: Centro, município de Boa Vista-RR

**PODERES ESPECIAIS:** a OUTORGADA para Enviar documentos, receber correspondências,  
solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do  
sinistro, acompanhar o andamento do sinistro, ter informações e acompanhar  
perícias necessárias e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a  
Seguradora Líder e Seguradoras conveniadas e a Suscep.

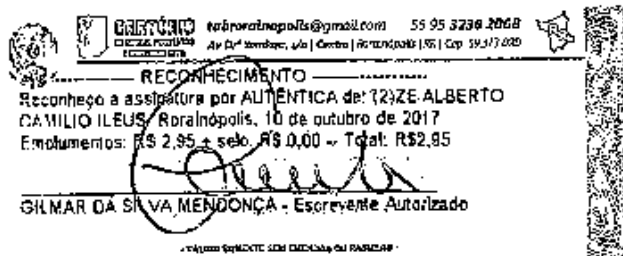
**OBS:** É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos  
apresentados e disponibilizado ao outorgado.

Boa Vista, 10 de outubro de 2017



Ze Alberto Camilio Fleus

OUTORGANTE



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170617847 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS **Data do acidente:** 15/09/2017 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO

**Descrição do exame médico pericial:** OMBRO DIREITO: LIMITAÇÃO INTENSA DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO PARA ADUÇÃO, ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO

**Resultados terapêuticos:** VITIMA SOFREU TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO, FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CLÍNICO COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS. ESTÁ DE ALTA.

**Sequelas permanentes:** DEFICIT FUNCIONAL EM OMBRO DIREITO

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 25/07/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO EXAME FÍSICO A LESÃO PROVOCADA PELO TRAUMA IMPACTOU COM LIMITAÇÃO EM GRAU INTENSO OMBRO DIREITO.

**Médico examinador:** TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO

**CRM do médico:** 1443

**UF do CRM do médico:** RR

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

### PRESTADOR

AVC PERÍCIAS MÉDICAS LTDA

**Médico revisor:** Juliana Amendola A Bianchi

**CRM do médico:** 52.84127-7

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Juliana Amendola A Bianchi*







**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.**

Número do sinistro:	3170617847
Nome do(a) Examinado(a):	ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS
Endereço do(a) Examinado(a):	VICINAL TRAIRÍ 18294 ZONA RURAL
Identificação - Órgão Emissor / UF / Número:	727.739.442-91
Data e local do acidente:	15/09/2017-RORAINOPOLIS-RR
Data e local do exame:	BOA VISTA/RR, 25/07/2018

**Resultado da Avaliação Médica**

**I) Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.**

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO UMEROS DIREITO

**II) Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.**

PACIENTE SUBMETIDO A TRATAMENTO CONSERVADOR COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS  
FISOTERAPIA: NÃO REALIZOU  
ALTA:18-09-2018

**III) Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.**

PACIENTE APRESENTA SEVERO COMPROMETIMENTO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO DIREITO COM PERDA QUASE QUE TOTAL DOS MOVIMENTOS DE ADUÇÃO E ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO DIREITO, COMPROMETENDO DE FORMA MODERADA A FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, IMPOSSIBILITANDO O PACIENTE DE EXERCER SUAS ATIVIDADES DE AGRICULTOR

**IV) Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?**

( X ) SIM ( ) NÃO

**V) Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?**

( X ) SIM ( ) NÃO

**VI) Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente.**

SEVERO COMPROMETIMENTO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO DIREITO COM PERDA QUASE QUE TOTAL DOS MOVIMENTOS DE ADUÇÃO E ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO DIREITO, COMPROMETENDO DE FORMA MODERADA A FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, IMPOSSIBILITANDO O PACIENTE DE EXERCER SUAS ATIVIDADES DE AGRICULTOR

**VII) Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.**

**a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).**

( ) "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_ dias.

( ) "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica).

**b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.**

**Região Corporal (Sequela):** OMBRO DIREITO





% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( X ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

VIII) . \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.

**Tamam Renerys**  
Cirurgia Geral  
CRM-RR 1443 / RQE 631

**Assinatura do(a) Médico(a) Examinador(a)**

**Carimbo com nome e CRM**

**TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO - Registro no CRM: 1443 - RR**





Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847

Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Data do Acidente: 15/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3170617847**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 12009734

Pag. 00507/00508 - carta\_01 - INVALIDEZ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D



Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo  
faltando página

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00311/00312 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12014164

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D





Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo infor.  
incorretas

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00157/00158 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12269738

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D





Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3170617847** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01901/01902 - carta\_02 - INVALIDEZ



00060951

Carta nº 12617754

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D





Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo infor.  
incorretas

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

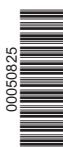
**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01649/01650 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12629353

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D







Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3170617847** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01091/01092 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13108521

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLT SC6AR MCD3D





Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2018

Carta nº: 13180289

A/C: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847  
Vitima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 104

Agência: 000004252

Conta: 000008432-1

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT (800 0721204 ou 0800 221206) (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - Assinatura do Representante Legal).

Beneficiário entre 16 a 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Numero de Sinistro ou ASL

Código de Verificação

Nome completo do titular

434.439.442-91

Ze Alberto Campião Iheus

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo

Ze Alberto Campião Iheus

CPF titular do crédito

434.439.442-91

Profissão

Artífice

Endereço

Rua Lacerda Silva S/N Sítio São Francisco, S/N

Município

S/N

Complemento

Bairro

Zona Rural

Cidade

Maracajá

Estado

Maranhão

CEP

68373000

Cidade

Poderes legais: Outorga em

Telefone (DDD)

(95) 99139-0860

Declaro, sob as penas da lei, e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue em anexo cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RENDIMENTO INFORMAR

SEU RENDIMENTO

ATÉ R\$ 1.000,00

R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00

R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00

R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00

ACIMA DE R\$ 7.000,00

☐ CONTA POUPEIRA (somente para os bancos de 1ª, 2ª e 3ª opção)

☐ CONTA CORRENTE (todas as bancos)

BANCO DO BRASIL S.A. (001) (002) (003)

☒ CAIXA ECONOMICA FEDERAL (004)

AGÊNCIA

4252

CONTA

8432

CV

1

Informar o tipo de conta

Informar o número da conta

Informar o código CV

AGÊNCIA

30

CONTA

30

CV

30

Informar o tipo de conta. Informar o número da conta. Informar o código CV.

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito no respectivo banco de crédito. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

CONTENIDO NÃO VERIFICADO  
CONTENIDO NÃO VERIFICADO

Maracajá 09 de outubro de 2018

Ze Alberto Campião Iheus

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

Page: 1 Document Name: untitled

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A470 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 19/10/2017

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA  
PAG: 001

AG: 4252 RORAINOPOLIS OPER: 013 CONTA: 8.432-1  
PERIODO: 19102017 ATE: 19102017 CPF: 727.739.442-91  
NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS VLR.BEQ.JUD. :

DATA MOV	NR.DOC HISTORICO	TAXA	VALOR	SALDO C
----------	------------------	------	-------	---------

F1 AJUDA	F4 SALDO EM 18/10/2017 R\$	F7 VOLTAR PAG.	H4B05329
F3 RETORNAR	F6 SALDO POR DATA LIMITE	F8 AVANÇAR PAG.	PL7 FINALIZAR

Kleber Vinicius Pimentel  
Gerente de Atendimento PF  
Mat. C 132376-8

Date: 19/10/2017 Time: 12:07:32

DE SHUSTROS - DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

16 NOV 2017

GENTE SEGURADORA S/A  
Av. Capitão João Bezerra, 404 - Boa Vista - SP



ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE RORAINÓPOLIS

403782

BOLETIM DE OCORRÊNCIA: **2005/17** DATA: 09/10/2017 HORA: 10:37  
ATENDENTE: JACY C. CAVALCANTE DELEGADO(A) TITULAR: CID GUIMARÃES DA SILVA

DADOS DO LOCAL DA OCORRÊNCIA  
DATA: 15/09/2017 HORA: 20:17  
LOCAL: VILA NOVA COLINA, KM 08, NA BR-174, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA:



DADOS DO COMUNICANTE/VÍTIMA  
NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS RG: 09595210 CPF: 727.739.442-91  
SSP/AM  
DATA DE NASCIMENTO: 15/09/1973 IDADE: 44 ANOS SEXO: MASCULINO  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA CIDADE: BARCELOS UF: AM  
PAI: ANTÔNIO CAMILIO ILEUS MAE: MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS  
GRAU DE ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO  
ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELHÃO DE TELEFONIA DA OI  
TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

DADOS DO(A) ENVOLVIDA  
NOME: MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS RG: PJ CPF: PJ  
DATA DE NASCIMENTO: 31/12/2016 IDADE: 09 MESES SEXO: FEMININO  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA CIDADE: RORAINÓPOLIS UF: RR  
PAI: NÃO DECLARADO MAE: ALBERLANY COSTA ILEUS  
GRAU DE ESCOLARIDADE: PJ  
ENDEREÇO: VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR  
REFERÊNCIA: PRÓXIMO DO ORELHÃO DA TELEFONIA DA OI  
TELEFONE: (95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

CODIGO

INFRAÇÃO

DESCRIÇÃO

1001

TRÂNSITO

ACID. TRÂNS. COM VÍTIMA COM LESÃO CORPORAL

BREVE RELATO DO FATO

Senhor Delegado, o senhor acima qualificado informa que estava conduzindo uma motocicleta da MARCA HONDA CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, PLACA NBA 9845, CHASSI 9C2JC4120DR534336, DE PROPRIEDADE DE SIMONE ALVES PEREIRA, que o mesmo estava na companhia de ALBERLANY COSTA ILEUS, MARIA ANTONIA COSTA ILEUS E PATRÍCIA BARRETO COSTA, que segundo no ROP/PM 2017040 e o COMUNICANTE O PNEUS TRASEIRO DA REFERIDA MOTOCICLETA FUROU e que devido isso segundo o mesmo não conseguiu controlar a motocicleta e veio ao chão que das quatro pessoas que estavam na motocicleta ZÉ ALBERTO E MARIA ANTONIA sofreram fraturas sendo que ZÉ ALBERTO sofreu fratura no seu braço abaixo do OMBRO e MARIA ANTONIA sofreu fratura no OSSO DO FÊMUR DO LADO DIREITO, que ALBERLANY E PATRÍCIA sofreram apenas escoriações pelo corpo ambas as pessoas feridas neste acidente de trânsito foram levadas para o HOSPITAL LOCAL DE RORAINÓPOLIS PELA GUARNIÇÃO DA PM, que o COMUNICANTE vem através deste dar entrada no SEGURO DPVAT, que vai em anexo a este cópias do CRLV DA MOTOCICLETA; PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS E DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS. Era o que tinha a Comunicar.

JACY C. CAVALCANTE  
AGENTE DE POLÍCIA


16 NOV 2017

Zé Alberto Camilio Ileus  
ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS  
COMUNICANTE/VÍTIMA

Intimado para o dia: 18/10/17 às 12:00min.

DESPACHO  
GENTE SEGURADORA S/A  
Av. Camilo João de Melo, 170 - Boa Vista - RR

- ( ) Fato atípico, archive-se. ( ) Intimar Comunicante ( ) Intimar as partes  
( ) Ao S. I. para providências ( ) Aguardar audiência ( ) Encaminhe para:



PROJUDI

SECRETARIA DE REGISTRO E ARQUIVOS

PROJUDI

14/01/2020 10:00:00  
Arq: DOCS

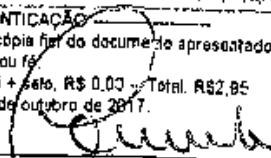
0801344-59.2019.8.23.0047

AUTENTICAÇÃO

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. O referido é verdade e dou fé.

Emolumentos: R\$ 2,95 + selo, R\$ 0,00 = Total: R\$2,95

Rorainópolis - RR, 10 de outubro de 2017.



GILMAR DA SILVA MENDONÇA - Escrevente Autorizado

VALIDO SOMENTE PARA CANCELAMENTO DE AUTENTICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Ze Alberto Compilato F. Luis, portador da carteira de identidade nº 09595210 e inscrito no CPF/MF sob o nº 989.739.442-91 residente e domiciliado na União da Terra 14010-9 Cidade São Francisco Aracaju - Alagoas, Estado Alagoas, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

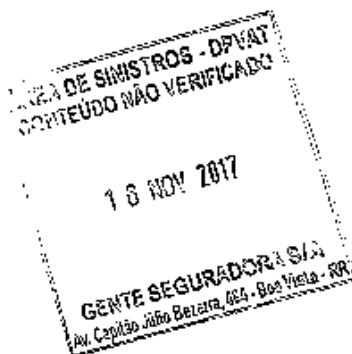
- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Ze Alberto Compilato F. Luis

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação



Aracaju - Alagoas 09 de outubro de 2017

Local e data







GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

*No Declatório*

01 DADOS DO (A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO		DIA	MES	ANO	HORA	NÚMERO DE REGISTRO
Nome: <b>EE ALBERTO CAMILO ELLOS</b>		15 04 2017		15	04	2017	20:20	
DATA NASC	DIA	MES	ANO	Idade:	Documento de Identificação		C.P.F.	SEXO: M ( ) F ( )
15	04	1997	43					
End: Rua / Avenida				Bairro:		Município:	Estado (UF)	Telefone:
VIC ELLOS				RLIS		RR		
FILIAÇÃO		PAI	MÃE					
			MARIA NEUSA CAMILO ELLOS					
02 DO ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:								
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
04 TIPO DE ACIDENTE:								
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)								
Outros (descrever):								
TEMP: <input type="text"/> PESO / Kg: <input type="text"/> PA: <input type="text"/> X <input type="text"/> m.m.H.g.								
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:								
PROFISSÃO: <input type="text"/>								
DIA   MES   ANO   HORA								
16 NOV 2017								
06 DOENÇA OCUPACIONAL:								
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO								
05.270.016/0001-80 HOSPITAL REGIONAL SUL 174 - Km 468 CEP: 69.370-970								
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:								
ESPECIALIDADE:								
RORAIMÓPOLIS								
RESUMO CLÍNICO: <i>Prado de nota por me o braço</i>								
EXAME FÍSICO:								
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):								
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):								
DIAGNÓSTICO: <i>Lesão de braço</i>								
PROVÁVEL: <i>Tratamento conservador do braço</i>								
DEFINITIVO:								
08 DO (A) PACIENTE:								
REMOVIDO (A) PARA:								
INTERNADO NO (A):								
<input type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?								
DATA			RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE			CARIMBO E ASSINATURA		
15 04 2017								

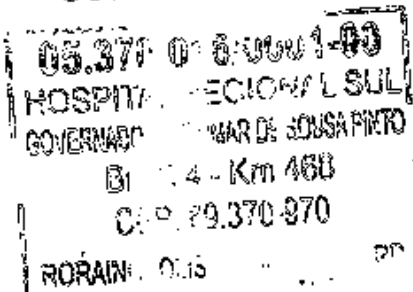
~~Teste de função renal~~

ENC. ao HGT

→ Topia

- ① Dieta Genf S/D
- ② APP MASTER
- ③ Dipirona oral ⑤ 640 mg - 22-08-14
- ④ Tiotil 20 mg ⑤ 100 mg - 22-08-14
- ⑤ Tiofural 100 mg ⑤ 100 mg S/N -
- ⑥ CCGG + S/W 640 mg - 22-08-14

Confere  
com original



Dr. ~~Marcelo C. Lopes~~  
Oncologia e Toxicologia  
Clínica de Apoio  
CRM-RS 27.000 14272

HORA	V	F	R	PA
06	362	78	28	110/70

Glicemia 126 mg/dl

24: PA = 92 x 60

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/07/2018  
NUMERO DO DOCUMENTO:  
VALOR TOTAL: 2.531,25

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
  
BANCO: 104  
AGÊNCIA: 04252  
CONTA: 000000008432-1

Nr. da Autenticação 6D11A46968DCA2C7

0601003-2

SEQ.: 00015 UC: 0001003 ? DT. LEIT.: 13/10/2017 L. ENTR.: 01  
LEITURA: 9999999 TAXADO TOTAL: 15,98 CARGA: 001  
DT. VENC.: 01/11/2017 FRREQ.: 000 COLETOR 3191

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTR7 HXBLI SC6AR MCD3D

\_\_\_\_\_



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO  
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)



INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Francisca Sousa Nascimento inscrito (a) no CPF sob o Nº 606.934.792 / 72 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Ze Alberto Carmelino Fleury inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.339.442 / 91 do sinistro de DPVAT cobertura Inclusão Permanente da Vítima Ze Alberto Carmelino Fleury inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.339.442 / 91 conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, que o endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
Rua: Capella, LT: 402		402	
Bairro	Cidade	Estado	CEP
Cidade Satélite	Boa Vista	RR	69.317-492
Email		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD)
franciscasnascimento@hotmail.com			(95) 99139-0860

Francisca Sousa Nascimento de Outubro de 2017  
Local e Data

Assinatura do Declarante



Imprimação

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ze Alberto Camilio Ilean

RG. Nº 09595210 data de expedição 03/02/1988 Órgão  
Expedidor SSP/AM, portador do CPF nº 929939.44296 com domicílio na  
cidade de Marinópolis, no Estado Roraima, onde resido na  
(Rua/Avenida/Estrada) União Trásil 1400 07 Setor São

Francisco, Bairro Zona rural, declaro, sob  
as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado não é (era) de minha posse nem de  
minha propriedade, na data do acidente ocorrido com a vítima:  
Ze Alberto Camilio Ilean, cujo o condutor era  
Ze Alberto Camilio Ilean, não sendo possível  
o reconhecimento da assinatura do proprietário em virtude de o mesmo não reside no  
Estado de Roraima.

Veículo	<u>motocicleta Honda</u>
Modelo	<u>CB 125 FANES</u>
Ano	<u>2013 x 2013</u>
Placa	<u>NBA 9845</u>
Chassi	<u>9C25C4120DA534336</u>
Data do Acidente	<u>15 de Setembro de 2017</u>

Local e Data: \_\_\_\_\_

Ze Alberto Camilio Ilean


Assinatura do Declarante



Ze Alberto Camilio Ilean

Assinatura do Condutor

(Caso seja um terceiro que a vítima reclamante do sinistro)

 **GENTE SEGURADORA S/A**  
Av. Capitão João Bezerra, 204 - Boa Vista - RR  
13 NOV 2017

**RECONHECIMENTO**  
Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEANS Rorainópolis, 10 de outubro de 2017  
Emolumentos: R\$ 2,95 + selo: R\$ 0,00 - Total: R\$2,95

GILMAR DA SILVA MENDONÇA - Escrevente Autorizado

VALIDO SOMENTE SEM OUTRAS ASSINATURAS





## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ze Alberto Camilio Ilius  
RG. Nº 09595210 data de expedição 03/02/1989 Órgão  
Expedidor SSP/AM, portador do CPF nº 929.939.442-96 com domicílio na  
cidade de Roraimópolis, no Estado Roraima, onde resido na  
(Rua/Avenida/Estrada) Rua Alvaro Travenço 1400 07 Sítio São  
Francisco, Bairro Zona rural, declaro, sob  
as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado não é (era) de minha posse nem de  
minha propriedade, na data do acidente ocorrido com a vítima:  
Ze Alberto Camilio Ilius cujo o condutor era  
Ze Alberto Camilio Ilius, não sendo possível  
o reconhecimento da assinatura do proprietário em virtude de o mesmo não reside no  
Estado de Roraima.

Veículo	<u>motocicleta Honda</u>
Modelo	<u>CG 125 FANES</u>
Ano	<u>2013 x 2013</u>
Placa	<u>NBA 9845</u>
Chassi	<u>96254120DA534336</u>
Data do Acidente	<u>15 de Setembro de 2017</u>

Local e Data: \_\_\_\_\_

Ze Alberto Camilio Ilius

Assinatura do Declarante

EX-223 SINISTROS - DPVAT  
CONCEITO NÃO VERIFICADO

17 JAN 2018



Ze Alberto Camilio Ilius

Assinatura do Condutor

SECRETARIA DA  
RORAIMA, 404 - Boa Vista - RR

(Caso seja um terceiro que a vítima reclamante do sinistro)

**CARTÓRIO** de Roraima, Alameda do Centro - Roraimópolis - RR | Cep: 69.373.000  
55 95 3238 2068  
falece@rroaima.org.br

**RECONHECIMENTO**  
Reconheço a assinatura por **AUTÊNTICA** de: **(1) ZE ALBERTO CAMILIO ILIUS** Roraimópolis, 10 de outubro de 2017.  
Emolumento: R\$ 2,85 + selo: R\$ 0,00 - Total: R\$ 2,85

*[Assinatura]*  
**GILMAR DA SILVA MENDONÇA** - Escrevente Autorizado

Atenção: Este documento não substitui o original.



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

01 DADOS DO(A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO =>	DIA	MÊS	ANO	HORA	NUMERO DE REGISTRO
Nome: <b>EF ALBERTO CAMILO ILEUS</b>			15	09	2017	20:20	
DATA NASC	Dia	Mês	Ano	Idade:	Documento de Identificação	C.P.F.	SEXO: M ( ) / F ( )
	15	09	1993	43			
End: Rua / Avenida		Nº		Complemento:			
Bairro:		Município:		Estado (UF)		Telefone:	
		RLIS		RR			
FILIAÇÃO		PAI	MÃE				
			MARIA NEUSA CAMILO ILEUS				
02 DO ACIDENTE:							
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:							
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
04 TIPO DE ACIDENTE:							
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)							
Outros (descrever)							
TEMP: <input type="text"/> PESO / Kg: <input type="text"/> <input checked="" type="checkbox"/> m.m.H.g.							
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:							
PROFISSÃO							
DIA MÊS ANO HORA							
OBSERVAÇÕES							
05.370.016/0001-00							
06 DOENÇA OCUPACIONAL:							
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO							
HOSPITAL REGIONAL SUL							
GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUSA PINHO							
81 174 - Km 468							
CEP: 69.370-970							
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:							
ESPECIALIDADE:							
RESUMO CLÍNICO: <i>Prisão de mão por uma alavanca</i>							
EXAME FÍSICO:							
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):							
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):							
DIAGNÓSTICO: <i>Lesão de Luxação</i>							
PROVAVEL: <i>Lesão de Luxação</i> DEFINITIVO:							
08 DO(A) PACIENTE:							
REMOVIDO (A) PARA							
INTERNADO NO (A)							
<input type="checkbox"/> ALTA <input checked="" type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?							
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO(A) PACIENTE			CARIMBO E ASSINATURA		
DIA MÊS ANO							
15 09 2017							

~~Tratamento~~ (2)

Tric ao GP

→ Topia -

- ① Dieta Genf S/D
- ② APP MANTER
- ③ Dipirona oral (E) 660 mg - 22-23-24
- ④ Tilatal 200 mg (E) 1 dose - 22-23-24
- ⑤ Transal 100 mg (E) 8/8h S/N - SF GSA 100-1
- ⑥ CCGG + SW666 24-26

Dr. Joao Alves Barbosa Filho  
Oncologista e Traumatologista  
CRM-RR 17530 - 16272

Confere  
com original

05.370.016/0001-90  
HOSPITAL REGIONAL SUL  
06/SEP/19 - 01/NOV/19 - 14:54:10  
R. 174 - KM 7,50  
CEP: 69.370-970  
RORAINÓPOLIS - RR

HORA	T	C	FE	PA
06	36,2	78	18	110/70

Glicemia 126 mg/dl

24/11/19 - 5:20 + 50

14/01/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 14/01/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Por: LAYLLA TUYRA MEDEIROS MONTEIRO DE MONTEIRO - SJRI

29/01/2020: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE.

Data: 29/01/2020

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**  
**Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal -**  
**Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 - E-mail: rlis@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

### **DESPACHO**

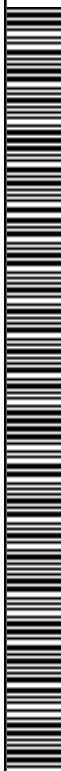
**Intime-se** o perito para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer os questionamentos realizados pela parte requerida no mov. 53.1, acerca do segmento afetado no acidente e a sua correta graduação.

Encaminhe-se o laudo (mov. 47.2 e 47.3) e a petição do mov. 53.1, a fim de que o perito possa esclarecer os questionamentos.

Após, voltem os autos conclusos para sentença.

Rorainópolis/RR, 29/1/2020.

**NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA**  
Magistrada



05/02/2020: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

Data: 05/02/2020

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: JONATHAS COSTA LOPES habilitado até 06/03/2020 (30 dias)

Por: Rosiane Agápito do Nascimento



05/02/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 05/02/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito JONATHAS COSTA LOPES com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (29/01/2020)

Por: Rosiane Agápito do Nascimento

Relação de arquivos da movimentação:

- E-mail

E-mail de Tribunal de Justiça do Estado de Roraima - Intimação do per... <https://mail.google.com/mail/u/0?ik=a4e7bfc9c2&view=pt&search=a...>



Email Rorainopolis rlis <rlis@tjrr.jus.br>

## Intimação do perito JHONATAS COSTA LOPES para esclarecimentos

1 mensagem

Email Rorainopolis rlis <rlis@tjrr.jus.br>

5 de fevereiro de 2020 11:37

Para: Rosa Izabel Amorim Pinto <rosaiza1@outlook.com>

De ordem da MM. Juíza de Direito da Vara Cível - 2ª titularidade da Comarca de Rorainópolis intimo o perito JHONATAS COSTA LOPES, para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer os questionamentos realizados pela parte requerida referente ao processo nº 0801344-59.2019.8.23.0047.  
Segue em anexo: Despacho, Petição e Laudo.

Atenciosamente,

**Rosiane Agápito do Nascimento**  
Assessora Técnica III

### 3 anexos

**Despacho.pdf**  
54K

**Laudo.pdf**  
1110K

**Petição.pdf**  
897K

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6CW 39TAF9 BKAF9 HZ8QK



17/02/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/02/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito JONATHAS COSTA LOPES(Leitura automática em 16/02/2020 às 23:59)) em 17/02/2020 com prazo de 10 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 55) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (29/01/2020) e ao evento de expedição seq. 57.

Por: SISTEMA CNJ

Data: 28/02/2020

Movimentação: JUNTADA DE OFÍCIO DE OUTROS ÓRGÃOS

Por: Dircy Ana de Lima Pereira

Relação de arquivos da movimentação:

- OFÍCIO DE OUTROS ÓRGÃOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA DA  
COMARCA DE RORAINÓPOLIS - RR.

JONATHAS COSTA LOPES, Brasileiro, Médico Ortopedista/Traumatologista,  
inscrito no CRM-RR 1759 RQE- 574, CPF nº: 885.647.112-49. Vem solicitar que sejam  
depositados em minha conta corrente do Banco 001 (Brasil), agencia: 5042-3,  
conta: 369 – 7, os honorários das pericias realizadas e elencadas abaixo.

Processos Nº:

0801324-83.2019.8.23.0047 – HILDA DE SOUSA DOS SANTOS.  
0801419-98.2019.8.23.0047 – EDIVALDO DE JESUS COSTA.  
0801317-76.2019.8.23.0047 – ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA.  
0801341-07.2019.8.23.0047 – HEVERT SOUZA DA SILVA.  
0801403-47.2019.8.23.0047 – GILSON DOS SANTOS SILVA.  
0801339-37.2019.8.23.0047 – NATANAEL DO NASCIMENTO MAGALHAES.  
0801319-46.2019.8.23.0047 – EDIL VALMOR SPENGLER.  
0801425-08.2019.8.23.0047 – MAGNO ROGERIO RIBEIRO DA SILVA.  
0801344-59.2019.8.23.0047 – ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS.  
0801342-89.2019.8.23.0047 – JOEL SOUZA DOS SANTOS SILVA.  
0801415-61.2019.8.23.0047 – MIGUEL CARVALHO.  
0801318-61.2019.8.23.0047 – JEZIEL PEREIRA DA SILVA.  
0801337-57.2019.8.23.0047 – RONALDO SANTOS PINTO DE OLIVEIRA.  
0801314-24.2019.8.23.0047 – DANILO FERREIRA MONTEIRO.  
0801411-24.2019.8.23.0047 – ANTONIO CARLOS SANTOS MELO.  
0801321-16.2019.8.23.0047 – FRANCISCA ZENAIDE DOS SANTOS SOUSA.  
0801409-54.2019.8.23.0047 – SUZANE SANTOS DA COSTA.  
0801358-43.2019.8.23.0047 – CHARLENE RODRIGUES FERREIRA.  
0801320-31.2019.8.23.0047 – NASCIMENTO GOMES FEITOSA.  
0801316-91.2019.8.23.0047 – ROBERTO RODRIGUES DA SILVA.  
0801322-98.2019.8.23.0047 – AMANDA RAMOS BATISTA.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Boa Vista-RR, 13 de janeiro o de 2020.

  
Dr. Jonathan C. Lopes  
Ortopedista/Traumatologista  
CRM-RR 1759 RQE-574

JONATHAS COSTA LOPES  
CRM – RR 1759 RQE - 574

06/03/2020: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES.

Data: 06/03/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES

Complemento: (Para Perito JONATHAS COSTA LOPES \*Referente ao evento (seq. 55)

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(29/01/2020) e ao evento de expedição seq. 57.

Por: SISTEMA CNJ

25/03/2020: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL.

Data: 25/03/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL

Complemento: Referente ao evento (seq. 60) DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES(06/03/2020 00:07:01). Identificador do Cumprimento: 0006

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**  
Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - Centro -  
Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 - E-mail: rlis@tjrr.jus.br

Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047

## **CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, entrei em contato telefônico com a secretária do perito JONATHAS COSTA LOPES, a senhora ROSA IZABEL, pelo nº (95) 99170-4230, e a mesma informou que a complementação do laudo está pronta, faltando a assinatura do referido perito que se encontra no Estado de Santa Catarina, aguardando a liberação de voo para a cidade de Boa Vista/RR.

Rorainópolis, 25/3/2020.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)  
Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte  
Analista Judiciária



29/04/2020: JUNTADA DE CERTIDÃO.

Data: 29/04/2020

Movimentação: JUNTADA DE CERTIDÃO

Por: Francisca Anélia Rodrigues da Silva - SJRI

Relação de arquivos da movimentação:

- Certidão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**

Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 -  
E-mail: rlis@tjrr.jus.br

Processo: 0801344-59.2019.8.23.0047

## **CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, entrei em contato telefônico com a senhora ROSA IZABEL - (95) 99170-4230 (secretária do perito JONATHAS COSTA LOPES). A mesma informou que o perito já retornou para Boa Vista, no entanto, se encontra em isolamento por conta do COVID-19, mas, até o dia **10 de maio** providenciará a juntada da complementação do laudo.

Rorainópolis, 29/4/2020.

(Assinado Digitalmente - PROJUDI)  
Francisca Anélia Rodrigues da Silva - SJRI  
Analista Judiciária



29/05/2020: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA.

Data: 29/05/2020

Movimentação: HABILITAÇÃO PROVISÓRIA

Complemento: Perito Oficial: JONATHAS COSTA LOPES habilitado até 28/06/2020 (30 dias)

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

29/05/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 29/05/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para Perito JONATHAS COSTA LOPES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (29/04/2020)

Por: ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE - DAPG - SJRI

09/06/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 09/06/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo Perito JONATHAS COSTA LOPES(Leitura automática em 08/06/2020 às 23:59)) em 08/06/2020 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 62) JUNTADA DE CERTIDÃO (29/04/2020) e ao evento de expedição seq. 64.

Por: SISTEMA CNJ

18/06/2020: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES.

Data: 18/06/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE PERITO JONATHAS COSTA LOPES

Complemento: (Para Perito JONATHAS COSTA LOPES \*Referente ao evento (seq. 62)  
JUNTADA DE CERTIDÃO(29/04/2020) e ao evento de expedição seq. 64.

Por: SISTEMA CNJ

25/06/2020: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO.

Data: 25/06/2020

Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

Relação de arquivos da movimentação:

- Parecer



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA DA  
COMARCA DE RORAINÓPOLIS - RR.

PROCESSO Nº 0801344-59.2019.8.23.0047.

Autor: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS.

JONATHAS COSTA LOPES, Brasileiro, Médico Ortopedista/Traumatologista, inscrito no CRM-RR 1759 RQE- 574, nomeado perito por esta Vara Cível, no processo supracitado, vêm respeitosamente atendendo o despacho de Vossa Excelência complementar o que se pede no movimento 53.1, acerca do seguimento afetado no periciado acima citado.

**O trauma ocorrido no ombro direito teve repercussão funcional em todo o membro, visto que o ombro é a articulação mais proximal do membro superior, limitando a ação do mesmo com grave limitação da circundação do membro.**

**Mantenho a minha decisão inicial de 75% de sequelas em membro superior direito.**

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição deste Juízo.

Boa Vista-RR, 22 de maio o de 2020.

*Dr. Jonathas C. Lopes*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-RR 1759 TEQJ 14272

JONATHAS COSTA LOPES  
CRM - RR 1759 RQE - 574

COMARCA DE RORAINÓPOLIS  
RECEBIDOS  
As 03 horas e 57 minutos  
Rorainópolis(RR), 25/06/20

DAYNA DUARTE  
Analista Judiciária  
003885C

25/06/2020: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 25/06/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Por: Dayna Thalyta Gomes do Nascimento Duarte

07/07/2020: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE.

Data: 07/07/2020

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**

Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 -

E-mail: rlis@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

**DESPACHO**

**Intime-se** as partes acerca da manifestação do perito no mov. 67.1, com prazo de 10 (dez) dias.

Rorainópolis, data constante no sistema.

**NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA**  
Juíza de Direito  
(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



07/07/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 07/07/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 69) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020)

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

07/07/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 07/07/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 69) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020)

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

08/07/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 08/07/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 08/07/2020 com prazo de 10 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 69)

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020) e ao evento de expedição seq. 71.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

17/07/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 17/07/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- GUIA DE DEPOSITO



2637953- C3/ 2019-04686/ INVALIDEZ



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR**

**Processo: 08013445920198230047**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ZE ALBERTO CAMILO ILEUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o quantum indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.



Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja o entendimento de V.Exa., requer o acolhimento do laudo pericial administrativo em anexo, o qual indica o enquadramento correto conforme previsto, de acordo com a lesão apurada.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 16 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



**TRABALHADOR**

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do tempo de serviço - FGT5.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro o o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

CARTEIRA CONTÉM 50 PÁGINAS NUMERADAS

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PIS/PASEP  
**123.46169.28-7**

NÚMERO **9199034** SÉRIE **001-0** LT **RR**

*Ze Alberto Camilio Fleus*  
ASSINATURA DO TITULAR

FOTO DO TITULAR

IMAGEM DO DEDO

15 NOV 2017

**02 QUALIFICAÇÃO CIVIL**

**BRASILEIRO**

NOME: **ZE ALBERTO CAMILIO FLEUS**

LOC. DE NASC.: **BARCELOS - AM**

PLACAO: **ANTONIO CAMILIO FLEUS**

MARIA NEUZA CAMILIO FLEUS

DOC. APRESENTADO: **RG 08585210 855 AM**

ESTADO CIVIL: **SOLTEIRO**

CPF: **727.739.442-81**

RG: **08585210**

LEI Nº 10.406 DE 10 DE MARÇO DE 2002

T. ELEITOR: **2477172631**

SEÇÃO: **0032**

ZONA: **004**

LOCAL DA EMISSÃO: **DRTRR SLZ**

EMISSION: **15/01/2006**

ASSINATURA DO TITULAR

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

DATA DE NASCIMENTO

DATA DE EMISSÃO

NOME

DOCUMENTO

LOCAL DE NASCIMENTO

LOCAL DE EMISSÃO

DATA DE EMISSÃO

ASSINATURA DO TITULAR





Documentos de Identificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RR Nº 99343B6750  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 01 CDD RENAVAM 00534884415 R.N.T.R.O. EXERCÍCIO 2014

NOME ALVES FERREIRA

MURAIPOOLIS RR

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

PLACA ANT / UF NDA9845 RR CHASSI 9C2JC4120DR534336

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLOTA/NAO APLIC. COMBUST. VEL. GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES ANO FAB. 2013 ANO MOD. 2013

CAP / POT / OIL 2P/0124CC/ CATEGORIA PARTICU COR. PREDOMINANTE PRETA

IPVA COTA ÚNICA 3PACU VENC. COTA ÚNICA 3PACU 1º VENC. COTAS 3PACU 2º VENC. COTAS 3PACU 3º VENC. COTAS 3PACU

PREMIO TARIFÁRIO (R\$) 1.11 COT. (R\$) 1.11 PREMIO TOTAL (R\$) 2.22 DATA DE PAGAMENTO 02/09/2014

AL. FID. ADM DE LUGAR NACIONAL HONDA LTD # PROT. SAIR DO AMAZ OCID

Edilson Dantas Santos Diretor Presidente

MURAIPOOLIS - DETRAN/RR 02/09/2014

RR Nº 99343B6750 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2014

CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

BILHETE DE SEGURO DPVAT

RR Nº 99343B6750 EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSÃO 03/09/2014

VIA 01 CPE/CNPJ 874.626.302-06 PLACA NDA9845

RENAVAM 00534884415 MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN ES

ANO FAB. 2013 CHASSI 9C2JC4120DR534336

PRÊMIO TARIFÁRIO

TNS (R\$) R\$129.04 DENATRAV (R\$) R\$14.34 CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$143.38

CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$4.15 IDP (R\$) R\$1.11 TOTAL DO SEGURO (R\$) R\$292.01

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 02/09/2014

Seguradora Líder dos Consórcios  
do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04

DE SEUS DIÁRIOS - DPVAT  
NÃO VERIFICADO

13 NOV 2017



2. Sr. Alberto Cornelio Ilheus, Portador do RG N-09595210  
CPF: 727.739.442-34, residente na VE Trairi 18294 Zona Rural  
Nova Colina - RE, unido através dos informes que foi vítima  
da acidente de trânsito ocorrido no dia 15/09/2017  
Por volta das 20:17hs, na Vila Nova Colina, KM 08, na BR134  
Zona Rural, Zaramopolis - RE, onde se foi frustrada no meu corpo,  
na altura sendo girada a motocicleta Honda CG 125 Ton ES, de  
cor preta, placa NBF 3845, Chassi: 3C25C4120 DR534336 de  
propriedade de Simone Alves Pereira, Venho informar que não  
foi como temia a Delação do Proprietário do veículo, pois  
não sei de paradeiro de Simone Alves Pereira, eu comprei a moto  
dela, mas como não sei onde estava a moto se torna mais difícil  
encontrar a moto para a meu nome, já fiz buscas a dona  
Simone no endereço que eu forneci e ela não sabe mais  
os telefones que eu tinha dela não existe mais, que não consigo  
localizá-la e que por este fato não tem como mandar a  
delação. Por isso encaminhei a regular andamento da  
meu processo para fornecer aqueles documentos em duas-  
maneira do acidente de trânsito que se foi no dia 15/09/2017.



ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

21 MAR 2019

Alberto Cornelio Ilheus

GERENTE SEGURADORA SIA  
R. Orlindo, 1000 Rua 741, Boa Vista, RJ



GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima

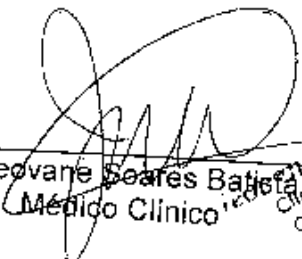
### LAUDO MÉDICO

NOME : **Zé Alberto Camilio Ileus**  
Data de internação: 18/04/18

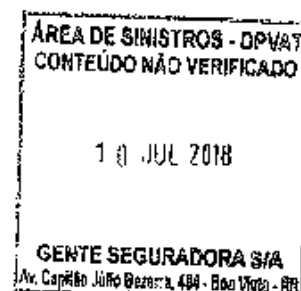
Declaro para fins de benefício junto a **Previdência Social** que o paciente acima deu entrada no PAAR com quadro de pé diabético direito complicado com quadro grave de infecção em pós-operatório de amputação de 5º dedo do pé D.

Foi submetido a desbridamento cirúrgico e atualmente está estável, afebril, acamado, se comunicando normalmente, dependente de terceiros para sua higiene e outras necessidades básicas.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

  
Dr. Jeovane Soares Batista  
Médico Clínico  
CRM-RR-3997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0615





GOVERNO DE RORAIMA  
"AMAZONIA PATRIMONIO DOS BRASILEIROS"  
Hospital Geral de Roraima

## RESUMO DE ALTA

NOME: **Zé Alberto Camilo Ilheus**

Data de internação: **19/04/18**

Data de alta: **16/05/2018**

Paciente deu entrada no HGR transferido do HLI para avaliação com serviço de cirurgia vascular por complicações de PO de amputação de 5º pododáctilo D ( pé diabético ) + desbridamento.

Realizado novo desbridamento no dia 26/04 sem intercorrências.

Transferido para bloco B aos cuidados da clínica médica para acompanhamento. Realizou tratamento ATB e sintomáticos, evoluiu com melhoras do quadro clínico.

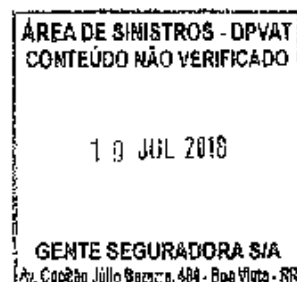
Paciente foi submetido a reavaliação do quadro pela cirurgia vascular em 07/05 que indicou alta para acompanhamento ambulatorial.

Hoje encontra-se lúcido, eupneico, comunicando-se normalmente.  
Exames laboratoriais : anemia . Recebe alta hoje com orientações para acompanhamento ambulatorial com serviço de cirurgia vascular. Retornar em caso de piora.

Boa Vista, 19 de maio de 2018.

*João Alves Barbosa Filho*  
Clínica Médica  
CRM-RR:997

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308 - Aeroporto  
CEP: 69310-005 Boa Vista-RR  
Tel: (95)2121-0





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170617847 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS **Data do acidente:** 15/09/2017 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 05/04/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** FRATURA DE UMEMO DIREITO

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO NÃO INFORMADO

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** LAUDO INCONCLUSIVO

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

**Nome do médico:** EDSON L D ANDRADE

**CRM do médico:** 52.44121-9

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**



PROCURAÇÃO



**OUTORGANTE:** Ze Alberto Camilio Fleus, brasileiro(a)  
estado civil solteiro, profissão: Arquiteto, portador(a)  
da cédula de identidade CIGR nº 09595210 e inscrito no CPF/MF nº  
925.739.442-91, residente e domiciliado na  
Rua General Penha Brasil nº 14009, Sítio São Francisco nº 500, Bairro:  
Boa Vista, Roraima, Tel: (95) 89151-5927  
E-mail: \_\_\_\_\_

**OUTORGADO:** Francisca Sousa Do Nascimento, brasileira, solteira, portadora do RG nº  
148.994 SSP/RR e inscrito no CPF nº 606.934.792-72, residente e domiciliada na  
Rua: General Penha Brasil, nº 102/2, Bairro: Centro, município de Boa Vista-RR

**PODERES ESPECIAIS:** a OUTORGADA para Enviar documentos, receber correspondências,  
solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do  
sinistro, acompanhar o andamento do sinistro, ter informações e acompanhar  
perícias necessárias e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a  
Seguradora Líder e Seguradoras conveniadas e a Suscep.

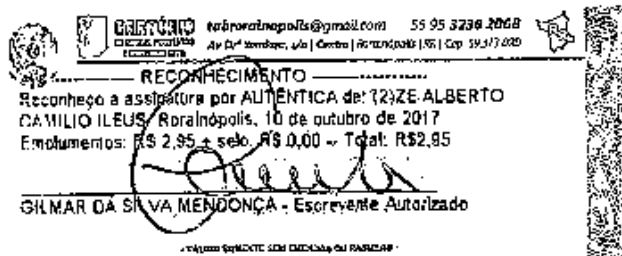
**OBS:** É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos  
apresentados e disponibilizado ao outorgado.

Boa Vista, 10 de outubro de 2017



Ze Alberto Camilio Fleus

OUTORGANTE



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170617847 **Cidade:** Rorainópolis **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS **Data do acidente:** 15/09/2017 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO

**Descrição do exame médico pericial:** OMBRO DIREITO: LIMITAÇÃO INTENSA DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO PARA ADUÇÃO, ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO

**Resultados terapêuticos:** VITIMA SOFREU TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO ÚMERO DIREITO, FOI SUBMETIDA A TRATAMENTO CLÍNICO COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS. ESTÁ DE ALTA.

**Sequelas permanentes:** DEFICIT FUNCIONAL EM OMBRO DIREITO

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 25/07/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO EXAME FÍSICO A LESÃO PROVOCADA PELO TRAUMA IMPACTOU COM LIMITAÇÃO EM GRAU INTENSO OMBRO DIREITO.

**Médico examinador:** TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO

**CRM do médico:** 1443

**UF do CRM do médico:** RR

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

### PRESTADOR

AVC PERÍCIAS MÉDICAS LTDA

**Médico revisor:** Juliana Amendola A Bianchi

**CRM do médico:** 52.84127-7

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Juliana Amendola A Bianchi*





**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.**

Número do sinistro:	3170617847
Nome do(a) Examinado(a):	ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS
Endereço do(a) Examinado(a):	VICINAL TRAIRÍ 18294 ZONA RURAL
Identificação - Órgão Emissor / UF / Número:	727.739.442-91
Data e local do acidente:	15/09/2017-RORAINOPOLIS-RR
Data e local do exame:	BOA VISTA/RR, 25/07/2018

**Resultado da Avaliação Médica**

**I) Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.**

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA DE MEMBRO SUPERIOR DIREITO COM FRATURA COMINUTIVA INTRA-ARTICULAR DA CABEÇA DO UMEROS DIREITO

**II) Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.**

PACIENTE SUBMETIDO A TRATAMENTO CONSERVADOR COM GESSO POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS  
FISOTERAPIA: NÃO REALIZOU  
ALTA:18-09-2018

**III) Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.**

PACIENTE APRESENTA SEVERO COMPROMETIMENTO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO DIREITO COM PERDA QUASE QUE TOTAL DOS MOVIMENTOS DE ADUÇÃO E ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO DIREITO, COMPROMETENDO DE FORMA MODERADA A FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, IMPOSSIBILITANDO O PACIENTE DE EXERCER SUAS ATIVIDADES DE AGRICULTOR

**IV) Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?**

( X ) SIM ( ) NÃO

**V) Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?**

( X ) SIM ( ) NÃO

**VI) Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente.**

SEVERO COMPROMETIMENTO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO DIREITO COM PERDA QUASE QUE TOTAL DOS MOVIMENTOS DE ADUÇÃO E ABDUÇÃO ROTAÇÃO E CIRCUNDAÇÃO DO OMBRO DIREITO, COMPROMETENDO DE FORMA MODERADA A FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, IMPOSSIBILITANDO O PACIENTE DE EXERCER SUAS ATIVIDADES DE AGRICULTOR

**VII) Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.**

**a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).**

( ) "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_ dias.

( ) "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica).

**b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.**

**Região Corporal (Sequela):** OMBRO DIREITO





% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( X ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

**Região Corporal (Sequela):**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

VIII) . \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.



Tamam Renerys  
Cirurgia Geral  
CRM-RR 1443 / RQE 631

Assinatura do(a) Médico(a) Examinador(a)

Carimbo com nome e CRM

TAMAM RENERYS DE ASSIS PINHEIRO - Registro no CRM: 1443 - RR





Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847

Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Data do Acidente: 15/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3170617847**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 12009734

Pag. 00507/00508 - carta\_01 - INVALIDEZ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA



Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2017

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo  
faltando página

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

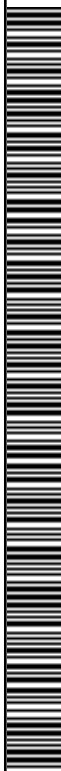
Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00311/00312 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12014164

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA





Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo infor.  
incorretas

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

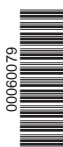
**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00157/00158 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12269738

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA







Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3170617847** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01901/01902 - carta\_02 - INVALIDEZ



00060951

Carta nº 12617754

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA





Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Nº Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170617847**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Declaração do Proprietário do Veículo infor.  
incorretas

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01649/01650 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12629353

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA





Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Sinistro: 3170617847  
Vítima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3170617847** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01091/01092 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13108521

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA





Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2018

Carta nº: 13180289

A/C: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Nº Sinistro: 3170617847  
Vitima: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS  
Data do Acidente: 15/09/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 104

Agência: 000004252

Conta: 000008432-1

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01671/01672 - carta\_15R - INVALIDEZ

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYVC FV4CZ 8SKSB 3A2PA



**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT (800 0721204 ou 0800 221206) (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - Assinatura do Representante Legal).

**Beneficiário entre 16 a 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Numero de Sinistro ou ASL

Código de Verificação

Nome completo do titular

434.439.442-91

Ze Alberto Campião Iheus

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo

Ze Alberto Campião Iheus

CPF titular do crédito

434.439.442-91

Profissão

Artífice

Endereço

Rua Lacerda Silva S/N Sítio São Francisco, S/N

Município

S/N

Complemento

Bairro

Zona Rural

Cidade

Maracápolis

Estado

Maranhão

CEP

68373000

Cidade

Poderes legais: Outorga em

Telefone (DDD)

(95) 99139-0860

Declaro, sob as penas da lei, e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue em anexo cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RENDIMENTO INFORMAR

SEU RENDIMENTO

ATÉ R\$ 1.000,00

R\$ 1.001,00 ATE R\$ 5.000,00

R\$ 3.001,00 ATE R\$ 5.000,00

R\$ 5.001,00 ATE R\$ 7.000,00

ACIMA DE R\$ 7.000,00

☐ CONTA POUPEÇA (somente para os bancos de AC, AG, NE e uma opção)

☐ CONTA CORRENTE (todas as bancas)

BANCO DO BRASIL S.A. (001) (001) (001)

☒ CAIXA ECONOMICA FEDERAL (001)

AGÊNCIA

4252

CONTA

8.432

CV

1

Informar o tipo de conta

Informar o tipo de conta

AGÊNCIA

30

CONTA

30

Informar o tipo de conta

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

CONTÉUDO NÃO VERIFICADO  
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO

Maracápolis 09 de outubro de 2019

Ze Alberto Campião Iheus

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

Page: 1 Document Name: untitled

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A470 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 19/10/2017

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA  
PAG: 001

AG: 4252 RORAINOPOLIS OPER: 013 CONTA: 8.432-1  
PERIODO: 19102017 ATE: 19102017 CPF: 727.739.442-91  
NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS VLR.BEQ.JUD. :

DATA MOV	NR.DOC HISTORICO	TAXA	VALOR	SALDO
----------	------------------	------	-------	-------

F1 AJUDA	F4 SALDO EM 18/10/2017 R\$	F7 VOLTAR PAG.	H4B05329
F3 RETORNAR	F6 SALDO POR DATA LIMITE	F8 AVANÇAR PAG.	PL7 FINALIZAR

Kleber Vinicius Pimentel  
Gerente de Atendimento PF  
Mat. C 132376-8

Date: 19/10/2017 Time: 12:07:32

DE SHUSTROS - DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

16 NOV 2017

GENTE SEGURADORA S/A  
Rua Capão João Bezerra, 404 - Boa Vista - SP



ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE RORAINÓPOLIS

403782

BOLETIM DE Ocorrência: 2005/17

DATA: 09/10/2017

HORA: 10:37

ATENDENTE: JACY C. CAVALCANTE

DELEGADO(A) TITULAR:

CID GUIMARÃES DA SILVA

DADOS DO LOCAL DA OCORRÊNCIA

DATA: 15/09/2017

HORA: 20:17

LOCAL: VILA NOVA COLINA, KM 08, NA BR-174, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR



REFERÊNCIA:

DADOS DO COMUNICANTE/VÍTIMA

NOME: ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

RG:

09595210

CPF:

727.739.442-91

DATA DE NASCIMENTO:

15/09/1973

IDADE:

44 ANOS

SEXO:

MASCULINO

NACIONALIDADE:

BRASILEIRA

CIDADE:

BARCELOS

UF: AM

PAI:

ANTÔNIO CAMILIO ILEUS

MAE:

MARIA NEUZA CAMILIO ILEUS

GRAU DE ESCOLARIDADE:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

ENDEREÇO:

VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR

REFERÊNCIA

PRÓXIMO DO ORELHÃO DE TELEFONIA DA OI

TELEFONE

(95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

DADOS DO(A) ENVOLVIDA

NOME: MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS

RG:

PJ

CPF:

PJ

DATA DE NASCIMENTO:

31/12/2016

IDADE:

09 MESES

SEXO:

FEMININO

NACIONALIDADE:

BRASILEIRA

CIDADE:

RORAINÓPOLIS

UF: RR

PAI:

NÃO DECLARADO

MAE:

ALBERLANY COSTA ILEUS

GRAU DE ESCOLARIDADE:

PJ

ENDEREÇO:

VICINAL TRAIRÍ, KM 07, SÍTIO SÃO FRANCISCO, ZONA RURAL, RORAINÓPOLIS-RR

REFERÊNCIA

PRÓXIMO DO ORELHÃO DA TELEFONIA DA OI

TELEFONE

(95)99151-5927 DA Sra. MARIA NELZA

CODIGO

1001

INFRAÇÃO

TRÂNSITO

DESCRIÇÃO

ACID. TRÂNS. COM VÍTIMA COM LESÃO CORPORAL

BREVE RELATO DO FATO

Senhor Delegado, o senhor acima qualificado informa que estava conduzindo uma motocicleta da MARCA HONDA CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, PLACA NBA 9845, CHASSI 9C2JC4120DR534336, DE PROPRIEDADE DE SIMONE ALVES PEREIRA, que o mesmo estava na companhia de ALBERLANY COSTA ILEUS, MARIA ANTONIA COSTA ILEUS E PATRÍCIA BARRETO COSTA, que segundo no ROP/PM 2017040 e o COMUNICANTE O PNEUS TRASEIRO DA REFERIDA MOTOCICLETA FUROU e que devido isso segundo o mesmo não conseguiu controlar a motocicleta e veio ao chão que das quatro pessoas que estavam na motocicleta ZÉ ALBERTO E MARIA ANTONIA sofreram fraturas sendo que ZÉ ALBERTO sofreu fratura no seu braço abaixo do OMBRO e MARIA ANTONIA sofreu fratura no OSSO DO FÊMUR DO LADO DIREITO, que ALBERLANY E PATRÍCIA sofreram apenas escoriações pelo corpo ambas as pessoas feridas neste acidente de trânsito foram levadas para o HOSPITAL LOCAL DE RORAINÓPOLIS PELA GUARNIÇÃO DA PM, que o COMUNICANTE vem através deste dar entrada no SEGURO DPVAT, que vai em anexo a este cópias do CRLV DA MOTOCICLETA; PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS E DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS E DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA ANTÔNIA COSTA ILEUS. Era o que tinha a Comunicar.

JACY C. CAVALCANTE  
AGENTE DE POLÍCIA

16 NOV 2017

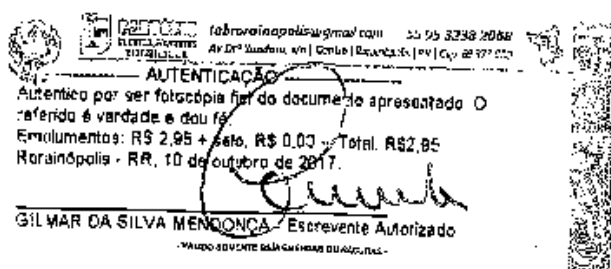
ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

GENTE SEGURADORA S/A  
Av. Camilo João Bezerra, 110 - Boa Vista - RR  
DESPACHO

Zé Alberto Camilio Ileus  
ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS  
COMUNICANTE/VÍTIMA

Intimado para o dia: 18/10/17 às 12:00min.

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fato atípico, archive-se.  | <input type="checkbox"/> Intimar Comunicante | <input type="checkbox"/> Intimar as partes     |
| <input type="checkbox"/> Ao S. I. para providências | <input type="checkbox"/> Aguardar audiência  | <input type="checkbox"/> Encaminhe para: _____ |





DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Ze Alberto Cornilio F. Luis, portador da carteira de identidade nº 09595210 e inscrito no CPF/MF sob o nº 989.739.442-91 residente e domiciliado na União da Terra 140109 Qd. São Francisco Cidade Aracaju - SE Estado Maranhão declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Ze Alberto Cornilio F. Luis

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação



Aracaju - SE 09 de outubro de 2017

Local e data



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

01 DADOS DO (A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO		DIA	MES	ANO	HORA	NÚMERO DE REGISTRO		
Nome: <b>EE ALBERTO CAMILO ELIUS</b>				15	09	2017	20:20			
DATA NASC	Dia	Mes	Ano	Idade:	Documento de Identificação			C.P.F.	SEXO: M ( ) F ( )	
15	09	1977	43							
End: Rua / Avenida				VIA ELIUS			Nº	Complemento:		
Bairro:				Município:			Estado (UF)	Telefone:		
				RLIS			RN			
FILIAÇÃO		PAI								
		MÃE	MARIA NEUSA CAMILO ELIUS							
02 DO ACIDENTE:										
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA		<input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA		<input type="checkbox"/> TRABALHO		<input type="checkbox"/> TRÂNSITO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)		
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:										
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO		<input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA		<input type="checkbox"/> REMOVIDO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)				
04 TIPO DE ACIDENTE:										
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO		<input type="checkbox"/> QUEIMADURA		<input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO		<input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)		
Outros (descrever):										
TEMP: <input type="text"/>		PESO / Kg: <input type="text"/>		P.A. <input type="text"/>		X <input type="text"/>		m.m.H.g.		
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:										
PROFISSÃO		DESEMPREGADO								
DIA	MES	ANO	HORA	16 NOV 2017						
				05.370.016/0001-80						
				HOSPITAL REGIONAL SUL						
				R. 174 - Km 468						
				CEP: 69.370-970						
06 DOENÇA OCUPACIONAL:										
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO								
		GENTE SEGURADORA S/A								
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:										
ESPECIALIDADE:		BORAINÓPOLIS								
RESUMO CLÍNICO:		Confere com original								
EXAME FÍSICO:		Frac. de nota por sua observação								
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):		Anál. cl. / Ortop. e outros								
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):										
DIAGNÓSTICO:		Lesão de fratura								
PROVÁVEL:		Fratura cominada do fêmur								
DEFINITIVO:										
08 DO (A) PACIENTE:										
REMOVEDO (A) PARA		ALTA								
INTERNADO NO (A)		SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?								
		RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO								
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE				CARIMBO E ASSINATURA				
DIA	MES	ANO								
15	09	2017								

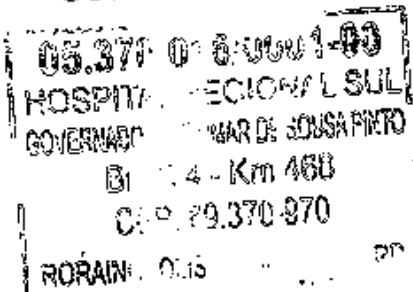
~~Teste de função renal~~

ENC. ao HGT

→ Topia

- ① Dieta Genf S/D
- ② APP MASTER
- ③ Dipirona oral (EV) 640mg - 22-08-14
- ④ Tiotil 20mg (EV) 12h - 22-08-14
- ⑤ Trisal 100mg (EV) 8h S/N -
- ⑥ CCGG + S/W 640mg 24-08

Confere  
com original



Dr. ~~João de Deus~~  
Oncologia e Toxicologia  
Clínica de Apoio  
CRM-PR 17.142/2017

HORA	V	F	R	PA
06	362	78	28	110/70

Glicemia 126mg/dl

24/08 - 520 x 50



0641003-2

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE do município de São João do Rio Preto encontra-se em vigor a partir de 1º de maio de 2022.

14-00000

26.

15 NOV 2017

SEQ.: 00015 UC: 0601003 2 DT.LEIT.: 13/10/2017 1.ENTR.: 01  
LEITURA: 9999999 TAXADO TOTAL: 15,98 CARGA: 001  
DT.VENC.: 01/11/2017 FREQ.: 000 COLETOR 3192

**Secretarias**  
**Distribuição Roraima**

02/07/2017

FRANCISCA SOUSA DO NASCIMENTO  
R. CAPELLA 86 - F. 402 CIDADE SATELITE  
CEP: 69066-993 470-172  
CEP: 69.317-492 - BOA VISTA

ROT: 32.081.24.11.480788

19910	14/08/2017
1.000	12/10/2017
151	12/09/2017
151	12/09/2017
29	

151.2

DIFERENÇA DE TARIFA 08/16-09  
CORREÇÃO MONETÁRIA IO 08/16-09  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

13 NOV 2017

CENTE SEGURADORA SIA

02/2017 24,73

CASO HAJA COBRANÇA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS EM SUA FATURA (LEVY) P  
ODERAR SER CANCELADA EM NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO. / IBGE CENSO  
AGROPECUARIO 2017: RECEBA BEM O RECENSEADOR DURANTE ENTREVISTA!  
LIGUE 08007819120 E FAÇA O CADASTRO 1 6 21 15 21 26

23,76	17,00
0,00	10,71
0,56	0,24
12,00	1,13

07/2017 22,75



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO  
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)



INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Francisca Sousa Nascimento inscrito (a) no CPF sob o Nº 606.934.792 / 72 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Ze Alberto Carmelito Fleury inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.339.442 / 91 do sinistro de DPVAT cobertura Indeniz. Permanente da Vítima Ze Alberto Carmelito Fleury inscrito (a) no CPF sob o Nº 327.339.442 / 91 conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

SE SINISTROS - DPVAT  
APRESENTAÇÃO VERIFICADA  
16 NOV 2017

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, que o endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
Rua: Capella, LT: 402		402	
Bairro	Cidade	Estado	CEP
Cidade Satélite	Boa Vista	RR	69.317-492
Email		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD)
franciscasnascimento@hotmail.com			(95) 99139-0860

Francisca Sousa Nascimento de Outubro de 2017  
Local e Data

[Assinatura]  
Assinatura do Declarante



Imprimatura

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ze Alberto Camilio Ilean

RG. Nº 09595210 data de expedição 03/02/1988 Órgão  
Expedidor SSP/AM, portador do CPF nº 929739.44291 com domicílio na  
cidade de Marinópolis, no Estado Roraima, onde resido na  
(Rua/Avenida/Estrada) Unival Trairi 1400 07 Setor São

Francisco, Bairro Zona rural, declaro, sob  
as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado não é (era) de minha posse nem de  
minha propriedade, na data do acidente ocorrido com a vítima:  
Ze Alberto Camilio Ilean, cujo o condutor era  
Ze Alberto Camilio Ilean, não sendo possível  
o reconhecimento da assinatura do proprietário em virtude de o mesmo não reside no  
Estado de Roraima.

Veículo	<u>motocicleta Honda</u>
Modelo	<u>CB 125 FANES</u>
Ano	<u>2013 x 2013</u>
Placa	<u>NBA 9845</u>
Chassi	<u>9C25C4120DA534336</u>
Data do Acidente	<u>15 de Setembro de 2017</u>

Local e Data: \_\_\_\_\_

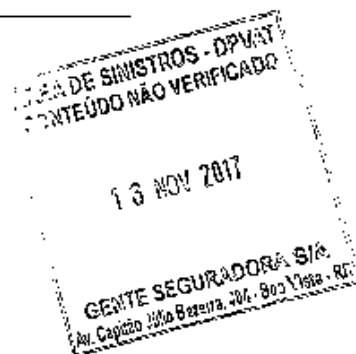
Ze Alberto Camilio Ilean

Assinatura do Declarante

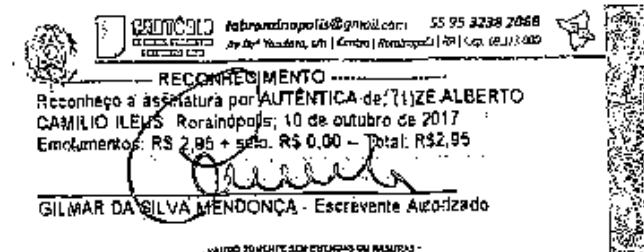


Ze Alberto Camilio Ilean

Assinatura do Condutor



(Caso seja um terceiro que a vítima reclamante do sinistro)



VALIDO SOMENTE SEM OUTRAS ASSINATURAS





## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Ze Alberto Camilio Ilheus  
RG. Nº 09595210 data de expedição 03/02/1989 Órgão  
Expedidor SSP/RN, portador do CPF nº 729.939.442-96 com domicílio na  
cidade de Monte Alegre, no Estado Roraima, onde resido na  
(Rua/Avenida/Estrada) Rua do Trairão 1400 07 Sítio São  
Francisco, Bairro Zona rural, declaro, sob  
as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado não é (era) de minha posse nem de  
minha propriedade, na data do acidente ocorrido com a vítima:  
Ze Alberto Camilio Ilheus cujo o condutor era  
Ze Alberto Camilio Ilheus, não sendo possível  
o reconhecimento da assinatura do proprietário em virtude de o mesmo não reside no  
Estado de Roraima.

Veículo	<u>motocicleta Honda</u>
Modelo	<u>CG 125 FANES</u>
Ano	<u>2013 x 2013</u>
Placa	<u>NBA 9845</u>
Chassi	<u>96254120DA534336</u>
Data do Acidente	<u>15 de Setembro de 2017</u>

Local e Data: \_\_\_\_\_

Ze Alberto Camilio Ilheus

Assinatura do Declarante

EX-223 SINISTROS - DPVAT  
CONCEITO NÃO VERIFICADO

17 JAN 2018



Ze Alberto Camilio Ilheus

Assinatura do Condutor

SECRETARIA DA  
DEFESA CIVIL - RORAIMA

(Caso seja um terceiro que a vítima reclamante do sinistro)



CARTÓRIO  
DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
DE RORAIMA

taboreirapolls@gmail.com 55 95 3238 2068  
R. Dr. Zandora, 460 | Centro | Roraimópolis | RR | Cep. 69.373.000

### RECONHECIMENTO

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de: (1) ZE ALBERTO  
CAMILIO ILHEUS Roraimópolis, 10 de outubro de 2017.

Emolumento: R\$ 2,85 + selo: R\$ 0,00 - Total: R\$ 2,85

Gilmar da Silva Mendonça  
GILMAR DA SILVA MENDONÇA - Escrevente Autorizado

Atenção: Este documento não substitui o original.



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DIA		MÊS		ANO		HORA		NÚMERO DE REGISTRO	
01		DADOS DO (A) PACIENTE:		DATA DE ATENDIMENTO =>		15 09 2017		20:20	
Nome:		ZF ALBERTO CAMILO ILEUS						SEXO: M ( ) / F ( )	
DATA NASC		Dia		Mês		Ano		Idade:	
15		09		1993		43		Documento de Identificação	
End: Rua / Avenida		VIC ILEUS						Nº	
Bairro:		Município:		Estado (UF)		Telefone:		Complemento:	
		RLIS		RR		11111111111111111111			
FILIAÇÃO		PAI		MÃE		MARIA NEUSA CAMILO ILEUS			
02 DO ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> TRABALHO <input type="checkbox"/> TRÂNSITO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:									
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO <input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
04 TIPO DE ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO <input type="checkbox"/> QUEIMADURA <input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO <input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO <input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)									
Outros (descrever)									
TEMP: <input type="text"/> PESO / Kg: <input type="text"/> <input checked="" type="checkbox"/> m.m.H.g.									
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:									
PROFISSÃO									
DIA MÊS ANO HORA									
OBSERVAÇÕES									
05.370.016/0001-00									
06 DOENÇA OCUPACIONAL:									
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO									
HOSPITAL REGIONAL SUL									
GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUSA PINHO									
81 174 - Km 468									
CEP: 69.370-970									
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:									
ESPECIALIDADE:									
RESUMO CLÍNICO: <i>Prado de nota</i>									
EXAME FÍSICO: <i>por me alveo</i>									
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):									
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):									
DIAGNÓSTICO: <i>fratura de humerus</i>									
PROVAVEL: <i>fratura comminativa do (humerus) unia.</i>									
DEFINITIVO:									
08 DO (A) PACIENTE:									
REMOVIDO (A) PARA									
INTERNADO NO (A)									
<input type="checkbox"/> ALTA <input checked="" type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO <input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO, QUANTOS DIAS?									
DATA									
DIA MÊS ANO									
15 09 2017									
RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE									
CARIMBO E ASSINATURA									

~~Tratamento~~ (2)

Tratamento ao GP

→ Topia -

- ① Dieta Geral S/D
- ② APF monitor.
- ③ Dipirona oral (E) 660 mg - 22-23-24
- ④ Tiotarol 20 mg (E) 1 dose - 22-23-24
- ⑤ Transal 100 mg (E) 8/8h S/N - SF 05A 100-1
- ⑥ CCGG + SW666 24-26

Dr. Joao Alves Barbosa Filho  
Oncologista e Traumatologista  
CRM-RR 174.750 - 16272

Confere  
com original

05.370.016/0001-90  
HOSPITAL REGIONAL SUL  
RUA 174 - KIM 150  
CEP: 69.370-970  
RORAINÓPOLIS - RR

HORA	T	C	R	PA
06	36,2	78	18	110/70

Glicemia 126 mg/dl

24/07/2020 15:20 + 50



18/07/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 18/07/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 17/07/2020 com prazo de 10 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 69) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020) e ao evento de expedição seq. 70.

Por: SISTEMA CNJ

01/08/2020: DECORRIDO PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS.

Data: 01/08/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

Complemento: (P/ advgs. de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS \*Referente ao evento (seq. 69)

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (07/07/2020) e ao evento de expedição seq. 70.

Por: SISTEMA CNJ

06/08/2020: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 06/08/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Por: Sandra Aparecida de Oliveira Carvalho - SJRI

Data: 15/08/2020

Movimentação: JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO

Por: NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA  
COMARCA DE RORAINÓPOLIS**

**VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**

Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 -

E-mail: rlis@tjrr.jus.br

Processo. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório, proposta por **ZÉ ALBERTO CAMILO ILEUS** em desfavor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em razão de acidente de trânsito.

Afirma a parte autora que o evento lhe resultou **fratura de úmero proximal direito e amputação do 5º dedo do pé direito**, e que a parte ré efetuou o pagamento administrativo do seguro no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) o que entende ser aquém do devido. Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento referente a diferença entre o indenizado e o valor devido.

Concedida justiça gratuita (mov. 6.1).

Citada a parte requerida apresentou contestação alegando a ausência de laudo do IML e que já houve o pagamento administrativo, desta forma pugna que a presente ação seja julgada improcedente (mov. 12.1).

Houve réplica (mov. 37.1)

Foi realizado exame pericial na parte autora, com o fito de aferir a lesão e a debilidade supostamente gerada, estando o laudo pericial juntado aos autos (mov. 47).

Instadas a se manifestarem acerca do laudo, a parte autora manifestou-se favorável ao parecer médico (mov. 42.1) e a parte requerida apresentou impugnação (mov. 53.1).

Intimado para manifestar-se quanto ao questionamento da parte ré, o perito manteve seu parecer inicial (mov. 67.1).

Vieram os autos conclusos para sentença.

É o breve relatório. **DECIDO.**

A parte autora ingressou com a ação apresentando os documentos necessários, tais como o pedido administrativo, verifico que a mesma preenche os requisitos do art. 330, §1º, do CPC.

**Passo a análise do mérito.**

Como visto, trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, deste modo, ressalto que o laudo do IML não é documento indispensável ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por elementos, inclusive a prova pericial, portanto, afastada tal alegação.

Quanto a impugnação acerca do laudo trazida pela ré, conforme evidenciado no laudo trazido pelo expert no mov. 47 a lesão sofrida pelo autor foi perda anatômica permanente parcial completo no membro superior direito (ombro direito) e segundo esclarecimentos prestados pelo perito no mov. 67.1 "*o trauma ocorrido no ombro direito teve repercussão funcional em todo o membro, visto que o ombro é a articulação mais proximal do membro superior, limitando a ação do mesmo com grave limitação da circundação do membro.*".

Dessa maneira, rejeito a impugnação apresentada.



Quanto à aplicação da legislação ordinária ao caso em apreço, destaco que a matéria já foi pacificada pelo STJ com a edição do verbete sumular nº 474, cujo teor é o seguinte:

***“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”***

Ademais, registre-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4627, decidiu pela constitucionalidade da Lei n. 11.945/09, norma que alterou a Lei nº 6.194/74, incluindo nesta a tabela a ser utilizada nos casos em que haja invalidez parcial.

Destarte, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei nº 6.194/74.

Feitas as devidas considerações, tendo em vista que a perícia médica realizada na parte requerente confirma a invalidez permanente parcial incompleta, passo a realizar a graduação consoante o resultado da mencionada perícia, em consonância com os percentuais de perdas presentes na susodita tabela.

Em tal situação, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, estabelece que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do mesmo parágrafo.

No caso *sub judice*, o percentual a que se chega em razão da **lesão no membro superior** apontada nos autos é de 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que perfaz um valor de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Em seguida, consoante inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, reduz-se o valor da **lesão** para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Entretanto, considerando-se que a própria parte Autora admite que já recebeu administrativamente R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), seu pedido deve ser acolhido parcialmente.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida ao pagamento de **R\$ 4.556,25 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)**, com juros de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária, de acordo com a tabela adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a partir do evento danoso (data do acidente).

Condeno a parte requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Data constante do sistema.

**NOÊMIA CARDOSO LEITE DE SOUSA**  
Juíza de Direito



17/08/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/08/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 77) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020)

Por: Rosiane Agápito do Nascimento

17/08/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 17/08/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 77) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020)

Por: Rosiane Agápito do Nascimento

17/08/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 17/08/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 17/08/2020 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 77) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020) e ao evento de expedição seq. 79.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

28/08/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 28/08/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 27/08/2020 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 77) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020) e ao evento de expedição seq. 78.

Por: SISTEMA CNJ

09/09/2020: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 09/09/2020

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A \*Referente ao evento (seq. 77) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020) e ao evento de expedição seq. 79.

Por: SISTEMA CNJ

16/09/2020: RENÚNCIA DE PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS .

Data: 16/09/2020

Movimentação: RENÚNCIA DE PRAZO DE ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS

Complemento: Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (15/08/2020)

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

16/09/2020: TRANSITADO EM JULGADO PARA PARTE.

Data: 16/09/2020

Movimentação: TRANSITADO EM JULGADO PARA PARTE

Complemento: Em 16/09/2020 para ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS.

Por: JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS



16/09/2020: TRANSITADO EM JULGADO PARA PARTE.

Data: 16/09/2020

Movimentação: TRANSITADO EM JULGADO PARA PARTE

Complemento: Em 09/09/2020 para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Por: JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS

16/09/2020: TRANSITADO EM JULGADO EM 16/09/2020 .

Data: 16/09/2020

Movimentação: TRANSITADO EM JULGADO EM 16/09/2020

Complemento: Para o processo.

Por: JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS

16/09/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 16/09/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 82) DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (09/09/2020)

Por: JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS

28/09/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 28/09/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de ZÉ ALBERTO CAMILIO ILEUS) em 28/09/2020 com prazo de 5 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 82) DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (09/09/2020) e ao evento de expedição seq. 87.

Por: SISTEMA CNJ

06/10/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO.

Data: 06/10/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento DECORRIDO PRAZO DE  
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (09/09/2020)

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Pedido de juntada
- Petição



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO VARA CÍVEL ÚNICA DA COMARCA DE  
RORAINÓPOLIS – RORAIMA**

**Processo nº: 0801344-59.2019.823.0047**

**ZE ALBERTO CAMILIO ILEUS**, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, movida contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada, vem informar a V. Exa. Conforme sentença juntado no EP: 77, requerer o que se segue:

Primeiramente informa-se que a exequente é credora na quantia atualizada de **R\$ 6.047,52 (seis mil e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**. Conforme planilhas atualizadas abaixo, em consonância com o índice de IPCA fornecido por este Tribunal e juros de 1% ao mês.

Diante deste mosaico requer que seja dado prosseguimento ao presente feito, requerendo desde já que seja efetivada a penhora on-line junto ao Bacen do valor de **R\$ 6.047,52 (seis mil e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**. Ou caso assim não entenda V. Exa. seja expedido mandado de penhora e avaliação.

**DO REQUERIMENTO**

Ante exposto, REQUER a Vossa Excelência a citação dos executados no endereço anteriormente declinado para pagamento do principal acrescido dos juros legais no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% nos termos do art. 475-J do CPC.

Cabe ressaltar a Vossa Excelência que conforme a vigência do Novo Código de Processo Cível, a Executada devesse depositar 10% de honorários advocatícios (art. 523, § 1º).

Nestes Termos,

Aguarda deferimento.

Boa Vista, 06 de outubro de 2020.

**PAULO SERGIO DE SOUZA**

**OAB/RR nº 317-B**





**FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA**  
**JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA**  
**ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITO**

DEVEDOR: **SEGURADORA LIDER DO SEGURO DPVAT**  
PROCESSO: **0815027-80.2019.823.0010**

Valor: **4.556,25**  
Atualizado até: 06/10/20

**Índice utilizado: TJ/RR - Débitos Judiciais (Tabela não Expurgada) – Portaria PRES nº 2176 de 30/10/2017.**  
**CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE VALORES**

Períodos:	DATA	FATOR DE ATUALIZAÇÃO	
Inicial	15/9/2017	1,0519339	
Final	6/10/2020	1,0000000	
<b>TOTAL CORRIGIDO:</b>			<b>R\$ 4.792,87</b>

**CÁLCULO DO JUROS DE MORA**

**Juros moratórios: 1,00% ao mês - simples**

Períodos:	DATA	Juros de Mora	TOTAL DE JUROS
Inicial	15/8/2019	14	R\$ 656,62
Final	6/10/2020		
SUBTOTAL:			R\$ 5.449,50
SUCUMBENCIA:			R\$ 598,02
SUBTOTAL:			R\$ 6.047,52

Cálculo elaborado por: Leiriane Costa  
Matrícula:

















Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrj.us.br/projudi/> - Identificador: PJVRR 6HN8K 2CHTZ CVVSA





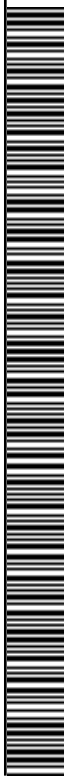








01/10/1964	0,0070510
01/11/1964	0,0070510
01/12/1964	0,0070510
01/01/1965	0,0062398
01/02/1965	0,0062398
01/03/1965	0,0062398
01/04/1965	0,0052619
01/05/1965	0,0052619
01/06/1965	0,0052619
01/07/1965	0,0046388
01/08/1965	0,0046388
01/09/1965	0,0044911
01/10/1965	0,0044346
01/11/1965	0,0043931
01/12/1965	0,0043257
01/01/1966	0,0042476
01/02/1966	0,0041355
01/03/1966	0,0040757
01/04/1966	0,0040062
01/05/1966	0,0038572
01/06/1966	0,0036935
01/07/1966	0,0035485
01/08/1966	0,0034513
01/09/1966	0,0033560
01/10/1966	0,0032628
01/11/1966	0,0031790
01/12/1966	0,0031075
01/01/1967	0,0030353
01/02/1967	2,9650822
01/03/1967	2,9040220
01/04/1967	2,8615931
01/05/1967	2,8192585
01/06/1967	2,7694287
01/07/1967	2,6932641
01/08/1967	2,6270363
01/09/1967	2,5875103
01/10/1967	2,5752248
01/11/1967	2,5574775
01/12/1967	2,5218045
01/01/1968	2,4757603
01/02/1968	2,4330454
01/03/1968	2,3982876
01/04/1968	2,3637162
01/05/1968	2,3201597
01/06/1968	2,2599248
01/07/1968	2,1972469
01/08/1968	2,1490294
01/09/1968	2,1104356
01/10/1968	2,0811586
01/11/1968	2,0502953
01/12/1968	2,0174436
01/01/1969	1,9794962
01/02/1969	1,9440214
01/03/1969	1,9103130
01/04/1969	1,8837738
01/05/1969	1,8550291



01/06/1969	1,8323715
01/07/1969	1,8079399
01/08/1969	1,7955094
01/09/1969	1,7823472
01/10/1969	1,7662739
01/11/1969	1,7379752
01/12/1969	1,7023094
01/01/1970	1,6649269
01/02/1970	1,6283985
01/03/1970	1,5963245
01/04/1970	1,5784566
01/05/1970	1,5641006
01/06/1970	1,5496627
01/07/1970	1,5261830
01/08/1970	1,5127581
01/09/1970	1,4986111
01/10/1970	1,4809841
01/11/1970	1,4535076
01/12/1970	1,4232873
01/01/1971	1,3959544
01/02/1971	1,3707165
01/03/1971	1,3528330
01/04/1971	1,3394691
01/05/1971	1,3241250
01/06/1971	1,3054926
01/07/1971	1,2801317
01/08/1971	1,2550668
01/09/1971	1,2292478
01/10/1971	1,2030311
01/11/1971	1,1792884
01/12/1971	1,1602708
01/01/1972	1,1461257
01/02/1972	1,1325033
01/03/1972	1,1176043
01/04/1972	1,1049938
01/05/1972	1,0904679
01/06/1972	1,0723902
01/07/1972	1,0534836
01/08/1972	1,0385868
01/09/1972	1,0299394
01/10/1972	1,0226201
01/11/1972	1,0129242
01/12/1972	1,0062745
01/01/1973	0,9949154
01/02/1973	0,9851845
01/03/1973	0,9749676
01/04/1973	0,9633783
01/05/1973	0,9524470
01/06/1973	0,9405049
01/07/1973	0,9302065
01/08/1973	0,9219359
01/09/1973	0,9142849
01/10/1973	0,9054791
01/11/1973	0,8993578
01/12/1973	0,8917371
01/01/1974	0,8745926
01/02/1974	0,8654677



01/03/1974	0,8526987
01/04/1974	0,8421074
01/05/1974	0,8285506
01/06/1974	0,8112951
01/07/1974	0,7851855
01/08/1974	0,7521030
01/09/1974	0,7178747
01/10/1974	0,6919495
01/11/1974	0,6773262
01/12/1974	0,6689086
01/01/1975	0,6604501
01/02/1975	0,6505781
01/03/1975	0,6399497
01/04/1975	0,6281484
01/05/1975	0,6158586
01/06/1975	0,6019778
01/07/1975	0,5911768
01/08/1975	0,5812353
01/09/1975	0,5723186
01/10/1975	0,5609360
01/11/1975	0,5490123
01/12/1975	0,5385294
01/01/1976	0,5287960
01/02/1976	0,5188348
01/03/1976	0,5074828
01/04/1976	0,4957090
01/05/1976	0,4835058
01/06/1976	0,4695322
01/07/1976	0,4560780
01/08/1976	0,4447156
01/09/1976	0,4326542
01/10/1976	0,4188775
01/11/1976	0,4042985
01/12/1976	0,3924179
01/01/1977	0,3839350
01/02/1977	0,3774001
01/03/1977	0,3701100
01/04/1977	0,3619035
01/05/1977	0,3517568
01/06/1977	0,3407910
01/07/1977	0,3297926
01/08/1977	0,3212139
01/09/1977	0,3147612
01/10/1977	0,3104101
01/11/1977	0,3061644
01/12/1977	0,3016585
01/01/1978	0,2958613
01/02/1978	0,2897459
01/03/1978	0,2831827
01/04/1978	0,2760646
01/05/1978	0,2682301
01/06/1978	0,2602985
01/07/1978	0,2526865
01/08/1978	0,2451827
01/09/1978	0,2385548
01/10/1978	0,2324826
01/11/1978	0,2270915



01/12/1978	0,2214221
01/01/1979	0,2157446
01/02/1979	0,2109804
01/03/1979	0,2061867
01/04/1979	0,2011630
01/05/1979	0,1938996
01/06/1979	0,1867608
01/07/1979	0,1807476
01/08/1979	0,1759618
01/09/1979	0,1710403
01/10/1979	0,1644348
01/11/1979	0,1572227
01/12/1979	0,1504334
01/01/1980	0,1445373
01/02/1980	0,1387084
01/03/1980	0,1337589
01/04/1980	0,1289874
01/05/1980	0,1243864
01/06/1980	0,1202970
01/07/1980	0,1165661
01/08/1980	0,1129510
01/09/1980	0,1094480
01/10/1980	0,1062597
01/11/1980	0,1029654
01/12/1980	0,0997731
01/01/1981	0,0954769
01/02/1981	0,0909297
01/03/1981	0,0853804
01/04/1981	0,0803199
01/05/1981	0,0757736
01/06/1981	0,0714847
01/07/1981	0,0674385
01/08/1981	0,0636214
01/09/1981	0,0601336
01/10/1981	0,0568906
01/11/1981	0,0538225
01/12/1981	0,0510167
01/01/1982	0,0484949
01/02/1982	0,0461856
01/03/1982	0,0439863
01/04/1982	0,0418917
01/05/1982	0,0397079
01/06/1982	0,0376379
01/07/1982	0,0356756
01/08/1982	0,0336563
01/09/1982	0,0314545
01/10/1982	0,0293968
01/11/1982	0,0274736
01/12/1982	0,0257968
01/01/1983	0,0242224
01/02/1983	0,0228513
01/03/1983	0,0214164
01/04/1983	0,0196481
01/05/1983	0,0180257
01/06/1983	0,0166905
01/07/1983	0,0154828
01/08/1983	0,0142045



01/09/1983	0,0130917
01/10/1983	0,0119559
01/11/1983	0,0108987
01/12/1983	0,0100542
01/01/1984	0,0093440
01/02/1984	0,0085100
01/03/1984	0,0075779
01/04/1984	0,0068890
01/05/1984	0,0063260
01/06/1984	0,0058090
01/07/1984	0,0053196
01/08/1984	0,0048229
01/09/1984	0,0043606
01/10/1984	0,0039463
01/11/1984	0,0035047
01/12/1984	0,0031890
01/01/1985	0,0028859
01/02/1985	0,0025630
01/03/1985	0,0023258
01/04/1985	0,0020637
01/05/1985	0,0018454
01/06/1985	0,0016775
01/07/1985	0,0015361
01/08/1985	0,0014274
01/09/1985	0,0013195
01/10/1985	0,0012094
01/11/1985	0,0011096
01/12/1985	0,0009985
01/01/1986	0,0008808
01/02/1986	0,0007578
01/03/1986	0,6626847
01/04/1986	0,6634330
01/05/1986	0,6582920
01/06/1986	0,6492004
01/07/1986	0,6410551
01/08/1986	0,6335099
01/09/1986	0,6230419
01/10/1986	0,6124883
01/11/1986	0,6010541
01/12/1986	0,5819069
01/01/1987	0,5424654
01/02/1987	0,4643681
01/03/1987	0,3882476
01/04/1987	0,3390376
01/05/1987	0,2802896
01/06/1987	0,2270623
01/07/1987	0,1923918
01/08/1987	0,1866965
01/09/1987	0,1755325
01/10/1987	0,1660966
01/11/1987	0,1521310
01/12/1987	0,1348203
01/01/1988	0,1181185
01/02/1988	0,1013798
01/03/1988	0,0859434
01/04/1988	0,0740827
01/05/1988	0,0621083



01/06/1988	0,0527325
01/07/1988	0,0441165
01/08/1988	0,0355664
01/09/1988	0,0294765
01/10/1988	0,0237695
01/11/1988	0,0186794
01/12/1988	0,0147174
01/01/1989	11,4274689
01/02/1989	8,0069149
01/03/1989	7,2697611
01/04/1989	6,8523997
01/05/1989	6,3858509
01/06/1989	5,8086322
01/07/1989	4,6530783
01/08/1989	3,6136035
01/09/1989	2,7939874
01/10/1989	2,0551403
01/11/1989	1,4933324
01/12/1989	1,0559521
01/01/1990	0,6876927
01/02/1990	0,4405194
01/03/1990	0,2549593
01/04/1990	0,1383243
01/05/1990	0,0955278
01/06/1990	0,0885583
01/07/1990	0,0808382
01/08/1990	0,0715889
01/09/1990	0,0639016
01/10/1990	0,0566704
01/11/1990	0,0496238
01/12/1990	0,0429346
01/01/1991	0,0362930
01/02/1991	0,0302669
01/03/1991	0,0248354
01/04/1991	0,0222161
01/05/1991	0,0211562
01/06/1991	0,0198314
01/07/1991	0,0178936
01/08/1991	0,0159564
01/09/1991	0,0138008
01/10/1991	0,0119363
01/11/1991	0,0098582
01/12/1991	0,0077943
01/01/1992	0,0062781
01/02/1992	0,0049858
01/03/1992	0,0040053
01/04/1992	0,0032933
01/05/1992	0,0027253
01/06/1992	0,0021890
01/07/1992	0,0018114
01/08/1992	0,0014837
01/09/1992	0,0012124
01/10/1992	0,0009779
01/11/1992	0,0007757
01/12/1992	0,0006312
01/01/1993	0,0005026
01/02/1993	0,0003903





01/03/1993	0,0003128
01/04/1993	0,0002452
01/05/1993	0,0001910
01/06/1993	0,0001506
01/07/1993	0,0001156
01/08/1993	0,0882012
01/09/1993	0,0661476
01/10/1993	0,0487706
01/11/1993	0,0363634
01/12/1993	0,0267378
01/01/1994	0,0194132
01/02/1994	0,0137371
01/03/1994	0,0097724
01/04/1994	0,0068300
01/05/1994	0,0047809
01/06/1994	0,0033496
01/07/1994	6,2138880
01/08/1994	5,8577375
01/09/1994	5,5544638
01/10/1994	5,4718390
01/11/1994	5,3719213
01/12/1994	5,2018217
01/01/1995	5,0903432
01/02/1995	5,0067308
01/03/1995	4,9576501
01/04/1995	4,8887191
01/05/1995	4,7966240
01/06/1995	4,6764395
01/07/1995	4,5928496
01/08/1995	4,4825782
01/09/1995	4,4373175
01/10/1995	4,3860013
01/11/1995	4,3254451
01/12/1995	4,2611024
01/01/1996	4,1919355
01/02/1996	4,1316139
01/03/1996	4,1024863
01/04/1996	4,0906235
01/05/1996	4,0529312
01/06/1996	4,0017093
01/07/1996	3,9491852
01/08/1996	3,9023569
01/09/1996	3,8829422
01/10/1996	3,8821658
01/11/1996	3,8674694
01/12/1996	3,8543645
01/01/1997	3,8416870
01/02/1997	3,8108193
01/03/1997	3,7937475
01/04/1997	3,7681242
01/05/1997	3,7456503
01/06/1997	3,7415346
01/07/1997	3,7284849
01/08/1997	3,7217857
01/09/1997	3,7229026
01/10/1997	3,7191834
01/11/1997	3,7084290



01/12/1997	3,7028747
01/01/1998	3,6818879
01/02/1998	3,6508556
01/03/1998	3,6312469
01/04/1998	3,6135405
01/05/1998	3,5973524
01/06/1998	3,5716367
01/07/1998	3,5662872
01/08/1998	3,5763009
01/09/1998	3,5939110
01/10/1998	3,6050868
01/11/1998	3,6011256
01/12/1998	3,6076193
01/01/1999	3,5925307
01/02/1999	3,5693300
01/03/1999	3,5238721
01/04/1999	3,4793366
01/05/1999	3,4630602
01/06/1999	3,4613295
01/07/1999	3,4589083
01/08/1999	3,4335004
01/09/1999	3,4147194
01/10/1999	3,4014537
01/11/1999	3,3691103
01/12/1999	3,3377356
01/01/2000	3,3132178
01/02/2000	3,2931297
01/03/2000	3,2914839
01/04/2000	3,2872106
01/05/2000	3,2842547
01/06/2000	3,2858977
01/07/2000	3,2760695
01/08/2000	3,2311564
01/09/2000	3,1925268
01/10/2000	3,1788577
01/11/2000	3,1737797
01/12/2000	3,1646023
01/01/2001	3,1472922
01/02/2001	3,1232433
01/03/2001	3,1080140
01/04/2001	3,0931668
01/05/2001	3,0674006
01/06/2001	3,0500155
01/07/2001	3,0318246
01/08/2001	2,9985408
01/09/2001	2,9750380
01/10/2001	2,9620052
01/11/2001	2,9344216
01/12/2001	2,8970497
01/01/2002	2,8757690
01/02/2002	2,8453240
01/03/2002	2,8365308
01/04/2002	2,8190526
01/05/2002	2,8000125
01/06/2002	2,7974948
01/07/2002	2,7805335
01/08/2002	2,7489209



01/09/2002	2,7254818
01/10/2002	2,7030465
01/11/2002	2,6612647
01/12/2002	2,5740059
01/01/2003	2,5063348
01/02/2003	2,4459206
01/03/2003	2,4107240
01/04/2003	2,3781435
01/05/2003	2,3457718
01/06/2003	2,3227763
01/07/2003	2,3241708
01/08/2003	2,3232415
01/09/2003	2,3190672
01/10/2003	2,3002055
01/11/2003	2,2912696
01/12/2003	2,2828231
01/01/2004	2,2705621
01/02/2004	2,2518715
01/03/2004	2,2431234
01/04/2004	2,2304100
01/05/2004	2,2213027
01/06/2004	2,2124529
01/07/2004	2,2014456
01/08/2004	2,1854916
01/09/2004	2,1746185
01/10/2004	2,1709279
01/11/2004	2,1672436
01/12/2004	2,1577495
01/01/2005	2,1393511
01/02/2005	2,1272259
01/03/2005	2,1179071
01/04/2005	2,1025584
01/05/2005	2,0835977
01/06/2005	2,0691139
01/07/2005	2,0713924
01/08/2005	2,0707712
01/09/2005	2,0707712
01/10/2005	2,0676697
01/11/2005	2,0557463
01/12/2005	2,0447049
01/01/2006	2,0365587
01/02/2006	2,0288491
01/03/2006	2,0241934
01/04/2006	2,0187428
01/05/2006	2,0163232
01/06/2006	2,0137054
01/07/2006	2,0151160
01/08/2006	2,0129018
01/09/2006	2,0133045
01/10/2006	2,0100883
01/11/2006	2,0014819
01/12/2006	1,9931109
01/01/2007	1,9808297
01/02/2007	1,9711710
01/03/2007	1,9629267
01/04/2007	1,9543277
01/05/2007	1,9492596



01/06/2007	1,9442047
01/07/2007	1,9381963
01/08/2007	1,9320138
01/09/2007	1,9206818
01/10/2007	1,9158921
01/11/2007	1,9101616
01/12/2007	1,9019830
01/01/2008	1,8837110
01/02/2008	1,8708025
01/03/2008	1,8618656
01/04/2008	1,8524182
01/05/2008	1,8406381
01/06/2008	1,8231360
01/07/2008	1,8066951
01/08/2008	1,7962767
01/09/2008	1,7925124
01/10/2008	1,7898277
01/11/2008	1,7809231
01/12/2008	1,7741812
01/01/2009	1,7690509
01/02/2009	1,7578010
01/03/2009	1,7523687
01/04/2009	1,7488709
01/05/2009	1,7393047
01/06/2009	1,7289312
01/07/2009	1,7217000
01/08/2009	1,7177492
01/09/2009	1,7163761
01/10/2009	1,7136343
01/11/2009	1,7095314
01/12/2009	1,7032295
01/01/2010	1,6991515
01/02/2010	1,6843294
01/03/2010	1,6726210
01/04/2010	1,6608292
01/05/2010	1,6487930
01/06/2010	1,6417335
01/07/2010	1,6435414
01/08/2010	1,6446927
01/09/2010	1,6458448
01/10/2010	1,6370050
01/11/2010	1,6220818
01/12/2010	1,6055447
01/01/2011	1,5959689
01/02/2011	1,5811065
01/03/2011	1,5726144
01/04/2011	1,5623032
01/05/2011	1,5511350
01/06/2011	1,5423436
01/07/2011	1,5389579
01/08/2011	1,5389579
01/09/2011	1,5325213
01/10/2011	1,5256559
01/11/2011	1,5207894
01/12/2011	1,5121700
01/01/2012	1,5044971
01/02/2012	1,4968631



01/03/2012	1,4910480
01/04/2012	1,4883689
01/05/2012	1,4789039
01/06/2012	1,4708144
01/07/2012	1,4670002
01/08/2012	1,4607191
01/09/2012	1,4541754
01/10/2012	1,4450714
01/11/2012	1,4348837
01/12/2012	1,4271770
01/01/2013	1,4166934
01/02/2013	1,4037787
01/03/2013	1,3965168
01/04/2013	1,3881877
01/05/2013	1,3800454
01/06/2013	1,3752321
01/07/2013	1,3713922
01/08/2013	1,3731773
01/09/2013	1,3709837
01/10/2013	1,3672921
01/11/2013	1,3590021
01/12/2013	1,3517029
01/01/2014	1,3420403
01/02/2014	1,3336383
01/03/2014	1,3251573
01/04/2014	1,3143794
01/05/2014	1,3042066
01/06/2014	1,2964280
01/07/2014	1,2930661
01/08/2014	1,2913873
01/09/2014	1,2890669
01/10/2014	1,2827813
01/11/2014	1,2779252
01/12/2014	1,2711879
01/01/2015	1,2633551
01/02/2015	1,2449301
01/03/2015	1,2306545
01/04/2015	1,2123481
01/05/2015	1,2038011
01/06/2015	1,1920003
01/07/2015	1,1828920
01/08/2015	1,1760708
01/09/2015	1,1731380
01/10/2015	1,1671853
01/11/2015	1,1582667
01/12/2015	1,1455511
01/01/2016	1,1353331
01/02/2016	1,1184445
01/03/2016	1,1079193
01/04/2016	1,1030658
01/05/2016	1,0960511
01/06/2016	1,0854140
01/07/2016	1,0803365
01/08/2016	1,0734663
01/09/2016	1,0701488
01/10/2016	1,0692934
01/11/2016	1,0674787

01/12/2016	1,0667320
01/01/2017	1,0652406
01/02/2017	1,0607853
01/03/2017	1,0582455
01/04/2017	1,0548699
01/05/2017	1,0540267
01/06/2017	1,0502458
01/07/2017	1,0534061
01/08/2017	1,0516183
01/09/2017	1,0519339
01/10/2017	1,0521443
01/11/2017	1,0482657
01/12/2017	1,0463822
01/01/2018	1,0436687
01/02/2018	1,0412738
01/03/2018	1,0394028
01/04/2018	1,0386758
01/05/2018	1,0364991
01/06/2018	1,0320613
01/07/2018	1,0175109
01/08/2018	1,0149734
01/09/2018	1,0149734
01/10/2018	1,0119376
01/11/2018	1,0079060
01/12/2018	1,0104321
01/01/2019	1,0090194
01/02/2019	1,0054000
01/03/2019	1,0000000



07/10/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 07/10/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: Rafaelly da Silva Lampert

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

08/10/2020: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE.

Data: 08/10/2020

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: Rafaelly da Silva Lampert

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA  
COMARCA DE RORAINÓPOLIS  
VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 2º TITULAR - PROJUDI**

Av. Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - Centro - Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 -

E-mail: rlis@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0801344-59.2019.8.23.0047

**DESPACHO**

Altere-se a classe processual para cumprimento de sentença.

Na forma do artigo 513 §2º, do CPC, intime-se o executado a fim de que, no prazo de quinze dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado na petição de mov. 89.2.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Não efetuado o pagamento voluntário do débito no prazo do art. 523, do CPC, e certificado o decurso do prazo nos autos, intime-se o Exequente para colacionar aos autos, no prazo de quinze dias, o valor atualizado do débito, com a incidência da multa e dos honorários previstos no § 1º, do art. 523, do CPC e requerer o que entender de direito.

Expedientes necessários.

Rorainópolis, data constante no sistema.

**Rafaelly da Silva Lampert**  
Juíza Substituta  
(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)



08/10/2020: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Data: 08/10/2020

Movimentação: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO  
PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

08/10/2020: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 08/10/2020

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 91) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/10/2020)

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

08/10/2020: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 08/10/2020

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 08/10/2020 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 91)

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (08/10/2020) e ao evento de expedição seq. 93.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO